



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Acre
Gabinete do Superintendente



Relatório de Gestão

2009

Rio Branco-AC, março de 2010

Índice

	<u>Fls.</u>
1. Identificação	2
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas	3
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:	
I. Competência.	3
II. Objetivos estratégicos.	4
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades Institucionais.	5
2.3. Programas e suas principais ações sob a responsabilidade da Unidade:	6
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos – situação em 31/12/2009.	98
4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos - Exercício 2009.	101
5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício de 2009.	101
6. Informações sobre transferências - Quadro de Detalhamento de Transferências.	102
7. Previdência Complementar Patrocinada.	103
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.	103
9. Renúncias tributárias.	103
10. Operações de fundos.	104
11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.	104
11B. Determinações e recomendações do TCU.	104
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.	104
13. Registros atualizados nos Sistemas SEASG e SICONV.	104
14. Outras informações: Informações contábeis -	105
15. Informações contábeis da Gestão.	105
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.	105

1. Identificação.

(Item 1 da parte A do anexo II da DN nº 100/2009)

Poder e Órgão de vinculação.
Poder: Executivo
Órgão de vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Identificação da unidade jurisdicionada	
Denominação :	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC.
Denominação abreviada:	SFA-AC.
Código SIAFI:	130088
Código SIORG:	002798
Código LOA:	22101
Código CNAE:	8413-2/00
Situação:	Ativa
Natureza Jurídica:	Órgão público
Principal atividade:	Agricultura.
Telefones:	(68) 3212 – 1300 Fax: (68) 3212 – 1313 / 3212-1318 .
Endereço eletrônico:	E-MAIL: sfa-ac@agricultura.gov.br
Página na Internet:	www.agricultura.gov.br
Endereço postal:	Rodovia Ac 40, Nº 793 – Cep 69901-180 – Rio Branco-AC

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normativos de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada.	Decreto Imperial nº 1067 de 28/07/1860, Decreto nº 1142 de 02/11/1892, Decreto nº 19448 de 03/12/1930, Medida Provisória nº 150 de 15/03/1990, Lei nº 8.028 de 12/04/1990, Medida Provisória 2216-37 de 31/08/2001, Medida Provisória 103 de 01/01/2003, depois convertida na Lei 10.683 de 28 de maio de 2003.
Código da Gestão no SIAFI:	000001 Tesouro Nacional
CNPJ:	00.396.895/0014-40

2. Objetivos e metas Institucionais e/ou programáticas.

(item 2 do anexo II da DN TCU nº 100/2009.)

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:

I. Competência.

O Ministério da Agricultura, originalmente denominado Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi criado no século XIX por decisão da Assembléia Legislativa, quando da promulgação do Decreto Imperial nº 1067 de 28 de julho de 1860, passando a integrar a estrutura formal do Gabinete do 2º Império.

A estrutura organizacional da Secretaria dos Negócios da Agricultura perdurou por 32 anos, quando então, no início do Regime Republicano, foi extinta e suas atribuições absorvidas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, com fulcro no disposto no Decreto nº 1.142 de 2 de novembro de 1892. Pelo disposto no referido diploma legal os assuntos da Agricultura ficaram obscuramente afetos à 2ª Secção da 3ª Diretoria daquele Ministério.

Pelo Decreto nº 19.448, de 3 de dezembro de 1930, passou o Ministério da Agricultura a compor a estrutura governamental da República, sendo-lhe atribuído, de direito, no cenário nacional, a proeminência político-econômico devida.

Em síntese, as competências e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura permaneceram inalteradas por 50 anos, quando na década de 1980, lhe foram excluídas da competência os assuntos relativos à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiro. Posteriormente em 15 de março de 1990 com a promulgação da Medida Provisória 150, convertida na Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990 que dispôs sobre a "reorganização e funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios", foi criada uma nova Pasta da Agricultura a qual foram outorgadas as tradicionais atribuições, a exceção do abastecimento, acrescidas daquelas relacionadas as ações de coordenação política e à execução da reforma agrária e dos assuntos de irrigação. Após 1990, em razão das competências que lhe foram sendo ou não conferidas, a denominação e a estrutura organizacional da Pasta da Agricultura foram sendo adequadas, tais como: Medida Provisória 2216-37 de 31 de agosto de 2001 incorpora em seu nome a designação pecuária, passando a ser denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em clara demonstração da importância deste segmento inclusive pelo destaque do agronegócio de carnes no mercado brasileiro, bem como no mercado global, tendo em vista a Balança Comercial do País. Quando da edição da Medida Provisória nº 103 de 1º de janeiro de 2003, depois convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio deste mesmo ano, fica mantida a denominação e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo-lhe no entanto retirados os assuntos relacionados aos assuntos pesqueiros.

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;
assistência técnica e extensão rural;
infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;

administração de recursos humanos e de serviços gerais;
programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
aperfeiçoamento da Gestão da Superintendência.

As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação das atividades de Defesa Agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

Compete, ainda às Superintendências Federais a execução de específicas atividades demandadas pela Secretaria Executiva, relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.

A organização da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/MAPA-AC observará a seguinte estrutura básica:

Unidades de Assistência Direta:

Serviço ou Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA/SFA-AC; e
Serviço ou Seção de Suporte Técnico-Operacional e Comunicação Social – STC/SFA-AC;

Unidades de Execução Finalística:

Unidades centrais:

Divisão Técnica – DT/SFA-AC;
Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/DT-AC;
Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG-DT-AC;
Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG-DT-AC;
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG/DT-AC;
Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO-DT-AC.

Unidades Descentralizadas:

Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Epitaciolândia/VIGIAGRO-AC;
Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Assis Brasil/VIGIAGRO-AC;

Unidades de Apoio Operacional:

Serviço de Apoio Administrativo-SAD/SFAAC;
Seção de Atividades Gerais - SAG/SAD-AC;
Setor de Material e Patrimônio - SMP/SAG-AC;
Setor de Transportes - STR/SAG-AC;
Setor de Protocolo - SPR/SAG-AC;
Seção de Recursos Humanos - SRH/SAD-AC;
Setor de Administração de Pessoal - SAP/SRH-AC;
Setor de Desenvolvimento de Pessoas - SDP/SRH/AC;
Seção de Execução Orçamentária e Financeira- SEOF/SAD-AC;
Seção de Tecnologia da Informação - STI/SAD-AC.

II. Objetivos estratégicos.

A inspeção direta e a classificação dos produtos de origem animal e vegetal, como bebidas e refrigerantes, carne e seus derivados, garantem um padrão mínimo dos alimentos que chegam à mesa do consumidor. Permitem também que, de acordo com as legislações nacional e internacional pertinentes, os mesmos sejam comercializados em outros estados e países, contribuindo com um saldo favorável na balança comercial.

A fiscalização da produção e comércio de produtos veterinários, de alimentos para animais, de sementes, de agrotóxicos, de fertilizantes, corretivos e inoculantes, é responsável diretamente pela qualidade dos produtos. Além do combate da produção e comercialização clandestina, são realizadas vistorias e controle através da coleta de amostras e análises laboratoriais. Desta forma, com os respectivos registros dos estabelecimentos e resultados dos testes, os produtos chegam ao mercado com qualidade, uniformidade e garantia dos padrões estabelecidos. Indiretamente, alcança-se uma produção agropecuária que oferece alimentos mais seguros e saudáveis.

A importância do serviço de defesa sanitária animal e vegetal resulta no eficiente monitoramento, controle e proteção, contra zoonoses e outras doenças que inclusive poderiam infectar os seres humanos. Nesse sentido, o setor agropecuário está protegido contra a entrada de doenças e pragas. Nos Estados Unidos, por exemplo, ocorreu uma devastação nas florestas naturais, pois foram atacadas por um besouro de origem asiática que estava presente nos palets de madeira dos produtos importados, fato que rechaçamos, mesmo em pensamento, quando vislumbramos o que poderia ocorrer com a Floresta Amazônica.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades Institucionais.

As atividades e ações da Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Acre, muitas vezes, passam despercebidas pela sociedade. Contudo, a falta dos recursos financeiros repassados ao Estado e Municípios e dos serviços prestados pelo MAPA causaria sérios impactos diretos e indiretos na vida da população, que somente seriam sentidos ao longo do tempo.

As políticas de desenvolvimento adequadas disponibilizam fomento e capacitação para produtores e técnicos. Com o repasse financeiro firmado nos convênios com o Estado do Acre e com a grande maioria dos municípios acreanos é possível garantir a qualidade dos rebanhos bovinos, bem como estimular o mercado da produção orgânica, proporcionando à população frutas, verduras, raízes e outras partes de vegetais mais saudáveis.

Além de respaldar manutenção de contratos de exportação para o mercado internacional, a defesa sanitária animal e vegetal possibilitam a criação de verdadeiras barreiras contra pragas e doenças. Sem esta proteção, a cadeia produtiva do agronegócio estaria fragilizada, pois a exposição das lavouras e rebanhos a essas intempéries poderiam causar a queda dos valores dos produtos agropecuários e o desemprego em massa.

Por fim, os esforços despendidos pelos servidores administrativos e técnicos para a consecução da finalidade e dos objetivos propostos, por vezes atuando em ambientes insalubres e perigosos, justificam a manutenção e, até mesmo, a ampliação do quadro de servidores, a fim de atender a crescente demanda do setor agropecuário.

2.3. Programas e suas principais ações sob a responsabilidade da Unidade:

I. Programa : 0375 - Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários.

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Objetivos Específicos	Garantir a qualidade da produção e produtividade agropecuária.
Gerente do Programa:	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Mação Tadano
Analista CGPLAN	Maria Lúcia de Carvalho
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	Manoel das Dores Mendes
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de fiscalizações realizadas Número de estabelecimentos fiscalizados; Produtos Fiscalizados com e sem coleta de amostras.
Público alvo	Produtores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

Equipe de Execução					
Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.		Formação Acadêmica	Lotação	Tempo de Serviço	% do tempo na ação
Manoel das Dores Mendes	FFA	Engº. Agrônomo	SEFAG/SFA-AC	29	100%
Herinque Martins Sant'Anna	FFA	Engº. Agrônomo	SEFAG/SFA-AC	2	100%
Pauline Martins da Cunha	FFA	Médico Veterinário	SEFAG/SFA-AC	2	100%
Liane de Lima Da Silva	Estagiária	Agronomia	SEFAG/SFA-AC	-	-
Paulo Cesar de Souza Negreiros	Téc.	Ag. Ativ.Agrop.	SEFAG/SFA-AC	-	30
Equivalente-técnicos em tempo integral - calculado					100%

a) principais ações do Programa 375:

Ação - 2124	Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal / FISCINAN.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição.	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação

	das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal – CPAA / DFIP.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA-AC.
Responsável Técnico pela Ação /PI no âmbito da UJ.	Pauline Martins da Cunha.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 6.198, de 26/12/1974; Decreto nº 76.986, de 06/01/1976; Instrução Normativa nº 4, de 23/02/2007.

a.1) **Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.**

PRODUTO DA AÇÃO 2124 / 2009	unid	Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Treinam. na área Gestão	Serv.	Prog.														
		Real.						1		1						2
Análise de processos Registro de Estabelecimentos	n°	Prog.													0	
		Real.	1									1		1	3	
Análise de processos de Registro de Produtos	n°	Prog.													0	
		Real.	31												31	
Fiscalização em estabelecimentos	n°	Prog.						1	1	1	1	1	1	1	7	
		Real.						10	11	18	0	6	16		61	
Vistoria inicial em estabelecimentos	n°	Prog.														
		Real.	1					1	1						3	
Pedidos de serviços e materiais	n°	Real.						1							1	
Convênios fiscalizados	n°	Real.						0							0	
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
				deverá ser programada					deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes							

a.2.) **Execução das Metas Financeiras**

(Anexo II da DN TCU nº 10022010)

Execução Financeira / FISCINAN				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	R\$ 2.267,50	R\$ 1.759,00	R\$ 1.713,00	97,4
339030	R\$ 1500,00	R\$ 900,00	R\$ 900,00	100
339033	R\$2.000,00	R\$ 1.900,00	R\$ 1769,84	93,14
339039	R\$ 800,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00	100

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

a.3). **Ações não programadas e executadas**

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado
Conclusão de Atos Administrativos	Processos	1
Produto Apreendido	Litro / Kg	232kg
Registro de Produto	Registro	31
Registro de Estabelecimento	Registro	1
Amostras Colhidas	Amostra	9

a.4). **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.** (Anexo II da DN TCU n100/2009)

Descrição:

As metas programadas no SIPLAN foram amplamente superadas, em função da lotação de um fiscal responsável pela área animal do SEFAG/AC no mês de maio/2009. Até então o serviço ficou sem profissional para atuar na fiscalização de alimentos para animais.

a.5). **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Lotação de Fiscal Médico Veterinário no SEFAG-AC e treinamento do mesmo nas atividades de fiscalização de alimentos para animais.

a.6). **Responsáveis pela implementação das medidas.**

Manoel das Dores Mendes – Chefe do SEFAG-AC
Pauline Martins da Cunha – RT do PI FISCINAN - SEFAG-AC.

a.7). **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.**

Indicadores de eficácia: IAF e IEF

- **IAF: Índice de Amostras Fiscalizadas = 8**

Fórmula de cálculo : Número de Amostras Colhidas/ Numero de Fiscais Envolvidos

Responsável pelo cálculo/medição: Pauline Martins da Cunha

- IFF - Índice de Fábricas Fiscalizadas – 200%
 Fórmula de Cálculo : Número de Fábricas registradas existentes x 100/ Numero de Fiscalizações realizadas.

Responsável pelo cálculo/medição: Pauline Martins da Cunha

a.8. **Comparativo das principais Metas Físicas da Área de Alimentos para Animais.**

Metas Físicas	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Inspeção/fiscalização do comércio	Estabelecimento	46	102	55
Coleta de amostras de alimentos para animais	Amostra	06	06	08
Registro de estabelecimentos	Registro	01	20	01
Registro de produtos	Registro	01	06	31

a.9) **Comparativo das principais Metas Financeiras de Alimentos para Animais.**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014	1.692,00	2.853,00	R\$ 1.759,00	632,51	2.402,41	R\$ 1.713,00
339030	700,00	600,00	R\$ 900,00	700,00		R\$ 900,00
339033	568,00	2.029,00	R\$ 1.900,00	-	2.028,28	R\$ 1769,84
339036	-	-	-	-	-	-
339039	-	-	R\$ 600,00		-	R\$ 600,00
449052	10.189,00	-	-	10.188,99	-	-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b) Dados gerais da Ação

Ação: Código - 2019	Fiscalização da Produção e Comercialização de Material Genético para Multiplicação Animal / FISCGENE.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade do material genético animal.
Descrição.	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais

	e internacionais..
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Divisão de Fiscalização de Material Genético – DMG/DFIP.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA/AC.
Coordenador de Ação Nacional	Beronete de Barros Freitas de Araújo.
Coordenador de Ação Estadual-CAE, no âmbito da UJ.	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI na UJ.	Pauline Martins da Cunha.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	<u>1- Lei 6.446 de 05 de outubro de 1977.</u> <u>2- Decreto nº 187, de 09 de agosto de 1991.</u> <u>3- Portaria nº 1, de 28 de setembro de 1989.</u> <u>4- Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2004.</u> <u>5- Instrução Normativa nº 56, de 27 de setembro de 2006</u> <u>6- Instrução Normativa nº 55, de 27 de setembro de 2006</u> <u>7- Instrução Normativa nº 56, de 04 de dezembro de 2007</u>

b.1) Ações não programadas e executadas.

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado
Análise de processos de registro de estabelecimentos	Análise	1
Vistoria inicial em estabelecimentos	Vistoria	2

b.2). Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas. (Anexo II da DN TCU nº100/2009)

Descrição: (Anexo II da DN TCU nº100.)

Tendo em vista que não há estabelecimentos no estado produtores de material genético, as atividades relacionadas a este PI dependem da demanda a surgir, portanto não foram planejadas ações no SIPLAN para este PI. Foi solicitado recurso para aquisição de combustível para visita a estabelecimentos comerciantes de sêmen bovino. O recurso não foi descentralizado.

Há somente um estabelecimento produtor de embriões bovinos que deu entrada na requisição de registro. Solicitou-se à DMG a vinda de FFA de outra UF para auxílio nas atividades de vistoria e registro daquele estabelecimento, visto que a FFA responsável pelo PI FISCGENE não teve treinamento para tais atividades. Tal solicitação não foi atendida em 2009.

b.3). **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:** (Anexo II da DN TCU n100)

- Foi solicitado à DMG a vinda de um Fiscal Federal Agropecuário de outra UF para auxiliar nas atividades de vistoria e registro de estabelecimento produtor de embriões bovinos.

b.4). **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

Manoel das Dores Mendes – Chefe do SEFAG-AC
Pauline Martins da Cunha – RT do PI FISCGENE - SEFAG-AC.

c). **Dados gerais da Ação**

Código Ação: 2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos de uso veterinário.
Descrição.	Coordenar, promover e acompanhar a fiscalização de produtos de uso veterinário, quanto à fabricação, manipulação, importação, exportação, comércio e uso, inclusive controle de qualidade; controlar e orientar o registro de produtos veterinários junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante normas específicas;
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3593 - Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários – CPV/DFIP.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA/AC.
Coordenador de Ação Nacional.	Marcos Vínícios S.Leandro Júnior.
Coordenador de ação estadual na UJ.	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnica pela Ação/PI.	Pauline Martins da Cunha.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	<u>Decreto N° 24.548, de 03.07.34</u> Regulamenta o Serviço da Defesa Sanitária Animal. *Arts 5, 6, 11, 12, 14, 15, 16, 22, 29, 30, 50 e 52 <u>Decreto N° 5.053, de 22.04.04</u> Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem. <u>Decreto-lei N° 467, de 13.02.69</u> Dispõe sobre a Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabricam.

c.1). **Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.**

PRODUTO DA AÇÃO 2124 / 2009	unid	Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
		Real.						1		1					2
Análise de processos Registro de Estabelecimentos	n°	Prog.													
		Real.										3		6	9
Análise de alterações e renovação de Estabelecimento	n°	Prog.													
		Real.								2					2
Fiscalização em estabelecimentos	n°	Prog.						1	1	1	1	1	1	1	7
		Real.						10	10	17		6	15		58
Vistoria inicial em estabelecimentos	n°	Real.													2
				deverá ser programada				deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes							

c.2.) **Execução das Metas Financeiras**

Execução Financeira / FISPROVET				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	R\$ 2.744,00	R\$ 2.079,00	R\$ 1895,00	91,2
339030	R\$ 1.200,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00	100
339039	R\$ 600,00	R\$ 400,00	R\$ 400,00	100

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças

c.3) **Ações não programadas e executadas**

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado
Expedição de Auto de Infração	Unidade	12
Conclusão de Atos Administrativos	Unidade	4
Produto Apreendido	Qde	45

c.4). **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

Descrição:

As metas programadas no SIPLAN foram amplamente superadas, em função da lotação de um fiscal responsável pela área animal do SEFAG AC no mês de maio/2009. Até então o serviço ficou sem profissional para atuar na fiscalização de alimentos para animais.

Não foram feitos registros de estabelecimentos em função da falta de treinamento da servidora responsável pelo RT FISPROVET em atividades de fiscalização e registro de estabelecimentos. Não houve demanda para registro de produtos, visto que não há fábricas de produtos veterinários nesta UF.

c..5. **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:** (Anexo II da DN TCU nº100)

Lotação de um Médico Veterinário no SEFAG-AC e treinamento do mesmo nas atividades de fiscalização e registro de estabelecimentos comerciantes de produtos veterinários.

c..6) **Responsáveis pela implementação das medidas.**

Manoel das Dores Mendes – Chefe do SEFAG-AC

Pauline Martins da Cunha – RT do PI FISPROVET - SEFAG-AC

c.7) **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.** (eficácia, eficiência ou de efetividade).

- ICPVF: Índice de Comércio de Produtos Veterinários Fiscalizados - 58

Fórmula de cálculo : Número Comércio de Produtos Veterinários Fiscalizados/ Número de Fiscais Envolvidos. = 58/1= 58.

Responsável pelo cálculo/medição: Pauline Martins da Cunha

- IEA: Índice de Estabelecimentos Autuados: 25%

Fórmula de cálculo : Número de estabelecimentos autuados x 100/ numero de estabelecimentos fiscalizados.

c.8). **Comparativo das principais Metas Físicas da Área de Produtos Veterinários.**

Metas Físicas	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Inspeção/fiscalização do comércio	Estabelecimento	34	92	58
Registro de estabelecimentos	Registro	0	31	0

c.9) **Comparativo das principais Metas Financeiras de PI FISPROVET 1.**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014	840,00	2.205,00	R\$ 2.079,00	759,22	1.257,27	R\$ 1895,35
339030	900,00	400,00	R\$ 600,00	0	400,00	R\$.600,00
339033	0	5.418,02	-	0	5.418,02	
339036	0	0	-	0	0	
339039	0	0	R\$ 400,00	0	0	R\$ 400,00
449052	0	0		0	0	

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

d) **Dados gerais da Ação / Plano Interno.**

Plano Interno 2141	Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição.	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consistem da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Resp. pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC / DFIA.
Áreas (dentro da UJ) resp. por gerenciam. ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	José Guilherme Tollstadius Leal
Coord. Ação Estadual– CAE no âmbito da UJ.	Manoel das Dores Mendes
Resp.Técnico pela Ação /PI no âmbito da UJ.	Herinque Martins Sant’Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto 4.954/2004 e Decreto 5.741/2006. Aprova o Regulamento da Lei 6894/80 e os Serviços de Fiscalização da Produção e Comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes destinados a agricultura e dá outras providências e dispõem sobre a política agrícola.

d.1) **Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.**

Produto da Ação 2141	Unid	Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Treinamento em fertilizantes, corretivos e inoculantes	Serv.	Prog.					1		1						2
		Real.					1		1						2
Reunião com equipe interna	Nº	Prog.			1						1		1		3
		Real.			1						1		1		3
Treinam. na área Gestão	Serv.	Prog.													
		Real.						1							1
Fiscalização em estabelecimentos comerciais	nº	Prog.	1	1	4	4	4	5	5	5	4	4	5	0	42
		Real.	0	1	3	2	0	2	1	0	5	3	0	0	17
				deverá ser programada					deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes						

d.2) **Execução das Metas Financeiras**

Execução Financeira / FISFECOI				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	3.232,00	5.800,00	4.401,82	75,89
339030	2.720,00	1.200,00	1.180,00	98,33
339033	3.000,00	6.000,00	5.980,00	99,66
339036	0	0	0	0
339039	0	500,00	500,00	100
449052	1.048,15	0	0	0

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

d.3) **Ações não programadas e executadas**

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado
Conclusão de Atos Administrativos	Processos	02

d.4) **Avaliações descritivas dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

Descrição:

Justifica-se a execução das metas abaixo do programado em virtude do Estado do Acre, não haver estabelecimentos produtores de fertilizante, corretivos e inoculantes e durante o exercício de 2009, houve pouca demanda de produtos nos Estabelecimentos Comerciais existente no Acre, onde são executadas as fiscalizações, com e sem coleta de amostras.

d.5). **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Considerando-se que no Acre, o maior volume de produtos (fertilizantes e corretivos inoculantes) que entram no estado é encaminhado direto para as fazendas, não passando pelos Estabelecimentos Comerciais, visto que são adquiridos direto das fábricas, estamos fazendo um trabalho de divulgação e conscientização do nosso trabalho de fiscalização junto a Federação de Agricultura e Entidades do Setor agropecuário do Estado, visando saber se há interesse dessas entidades e dos produtores rurais em solicitarem a fiscalização desses insumos nas fazendas ou propriedades agrícolas.

d.6). **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

Manoel das Dores Mendes – Fiscal Federal Agropecuário
Henrique Martins Sant`Anna - Fiscal Federal Agropecuário

e) **Dados gerais da Ação / Plano Interno**

Plano Interno/Ação 2179	Fiscalização Sementes e Mudás.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição.	1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudás-RENASSEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Sementes e Mudás – CSM / DFIA/ SDA
Áreas (dentro da UJ) resp. por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	José Neumar Francelino
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Manoel Das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Henrique Martins Sant’Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 10.711, de 05/08/2003, e seu regulamento no Decreto nº 5.153, de 23/07/2004.

e.1) **Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.**

PRODUTO DA AÇÃO 8939 / 2009	unid	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Treinamento em serviço fora da UJ.	Serv.	Prog.					1	3		1	1		1		7
		Realiz.					1	3		1	1		1		7
Reunião Técnica interna	Nº	Prog.		1	4	1	4	1	3		2	2	2	1	21
		Realiz.		1	4	1	4	1	3		2	2	2	1	21
Treinam. na área Gestão	Serv.	Prog.				1					1				2
		Realiz.				1					1				2
Inspeção de viveiros de mudas	Inspeção	Prog.	1	2	2	1	1		2			1		2	12
		Realiz.	1	2	2	1	1		2			1		2	12
Colheita de	Amostra	Prog.								3	22	20			45

produtos															
(sementes)		Realiz.							3	22	20				45
Colheita de produtos	Amostra	Prog.													
(mudas)		Realiz.													
Fiscalização estabel. comercial sementes e mudas	fiscalização.	Prog.			1	2	3	3	5	11	17	19	5	8	74
		Realiz.			1	2	3	3	5	11	17	19	5	8	74
Fiscalização de Estabelecimento produtor de mudas	fiscalização.	Prog.	1	2	2	1	1		2					2	11
		Realiz.	1	2	2	1	1		2					2	11
Análise processos de Registro Estabelecimentos de origem vegetal.	Análise	Realiz.	1							8		3			12
Convênios fiscalizados	Conven.	Realiz.								1					1
Número de julgamentos de 1ª instância	Julggam	Realiz.			4			5					3		12
Número de multas aplicadas	nº	Realiz.			1			0	1	1					3
Volume de sementes apreendida toneladas	t	Realiz.						2		7					9
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
				deverá ser programada				deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes							

e.2) **Ações não programadas e executadas.**

I – Foi executado através de uma Força Tarefa que contou com a participação de 02 Fiscais Agropecuários de outras Unidades da Federação, uma operação de inspeção e fiscalização em 06(seis) municípios do Estado do Acre, visando encontrar sementes de pupunha contrabandeada do Perú e ao mesmo tempo conscientizar os produtores de mudas a não utilizarem sementes de origem desconhecida ou clandestina.

e.3) **Metas Financeiras: Resultados da aplicação no exercício .**

Execução Financeira/ FISCALSEM				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	5.934,00	10.831,00	10.676,28	98,5
339030	3.840,00	4.885,00	4.771,00	98
339033	10.200,00	17.862,00	17.862,00	100
339039	6.300,00	13.300,00	13.294,41	99,9
449052	8.800,00	8.800,00	8.792,00	99,9

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

e.4) **Avaliações descritivas dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

As metas físicas e financeiras do PI FISCALSEM foram executadas de acordo com o programado para o exercício de 2009.

e.5) **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Não houve insucesso, as metas foram executadas de acordo com o previsto para o exercício de 2009.

e.6) **- Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

SEFAG/DT/SFA/AC.

Manoel das Dores Mendes e Henrique Martins Sant`Anna

e.7) **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.**

(eficácia, eficiência ou de efetividade).

Índice de Estabelecimentos registrados e fiscalizados. - Eficácia: Número de estabelecimentos fiscalizados / número de estabelecimentos registrados
Fórmula de cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ total de estabelec. fiscalizado}}{\text{n}^\circ \text{ de estabelec. Registrados}} \times 100 = \frac{74}{66} \times 100 = 112\%$
Eficiência – Índice de produtividade. Número de estabelecimentos fiscalizados / número de FFA Fórmula de cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ total de estabelecimento fiscalizado}}{\text{N}^\circ \text{ de FFA}} = \frac{74}{2} = 37$

e.8) **Comparativo das fiscalizações de sementes e mudas durante o período de:**

Metas Físicas	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Estabelecimentos comerciais fiscalizados	fiscalização	40	48	74
Colheita de amostra	amostra	36	45	45
Estabelecimentos credenciados	estabelecimentos	39	31	12
Produtos fiscalizados	produtos	48	74	57

e.9) **Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação Fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas.**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014	6.923,48	6.827,00	1.259,27	6.804,99	5.216,00	1259,27

339030	1.920,00	1.601,20	400,00	1.920,00	1.601,20	400,00
339033	20.220,00	13.700,00	5.418,02	15.746,40	18.860,00	4.063,51
339036	580,67	0	0	580,67	0	0
339039	5.601,00	9.432,67	0	5.601,00	10.000,00	0
449052	5.499,97	0	0	5.499,97	0	0

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

f) **Dados gerais da Ação / Plano Interno**

Plano Interno/Ação Código 2909	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins- PI - FISAGROTOX
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição.	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitária de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do Trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentariu e Convenções da ONU).
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA/DFIA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Luís Eduardo Pacifici Rangel
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Henrique Martins Sant’Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 7.802, de 12/07/1 989; com alterações da Lei 9.974/2000; Decreto nº 4.074, de 04/01/2002.

f.1). **Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação:**

Não houve programação física e financeira dessa meta, considerando-se que no Estado do Acre, não há nenhum estabelecimento produtor de Agrotóxicos e Afins e a fiscalização do comércio é executado pelo órgão estadual.

f.2.. **Ações não programadas e executadas.**

Produto	Unidade De Medida	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
		Participação em Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional de Agrotóxicos e Afins	Evento realizado									1		

f.3). **Metas Financeiras: Resultados da aplicação no exercício**

Execução Financeira/ FISAGROTOX				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	-	697,49	697,49	100
339036	-	697,49	697,49	100
339033	-	3.600,00	3.600,00	100

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

f.4). **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

Descrição: Não houve insucesso, visto que essa meta é executada pelo órgão estadual.

f..5. **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Descrição: Não houve insucesso.

f.6). **Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação FISAGROTOX**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014	0	859,03	697,49	0	828,78	667,24
339036	0	5.018,45	697,49	0	5.066,45	697,49
339033	0	21.000,00	3.600,00	0	21.000,00	3.459,68
339030	0	2.494,00	637,00	0	2.494,00	637,00

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

g) **Dados gerais da Ação / Plano Interno**

Plano Interno/Ação Código 2177	Fiscalização de Serviços Agrícolas
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição.	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA / SDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuário – Sefag/DT/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Maria de Lourdes Viana Alves
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Henrique Martins Sant’Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto-Lei nº 917, de 07/10/1969, regulamentado pelo Decreto nº 86.765, de 22/12/1981; art. 4º, IV e V, da Lei nº 8.171, de 17/01/1991; art. 27, I, "e" e "f", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; e Anexo I, art. 1º, V e VI, 11, I e II, "e", e 13, VI, do Decreto nº 4.629/2003.

g.1). **Ações não programadas e executadas.**

Produto	Und.	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Participação de um Fiscal do Sefag/SFA-AC, em treinamento de monitor de Aviação Agrícola	Servidor								1					1

g.2) **Metas Financeiras: Resultados da aplicação no exercício.**

Execução Financeira/ FISCAGRIC 1				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	-	915,00	694,75	75,92
339033	-	2.000,00	2.000,00	100

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

g.3) **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

Não houve insucesso.

g.4). **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Não houve insucesso.

II. Programa: 0357 - Segurança da Sanidade Agropecuária – DSA

Dados gerais do Programa:

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoosanitários dos mercados internos e externos.
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho
ANALISTA CGPLAN	Raimundo Fernando Lopes
Resp. pelo programa no âmbito da UJ.	Maria Eva de Jesus
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Nº hectares de lavoura do estado, controlado contra pragas; Número de partidas fiscalizadas de produtos vegetais que entram no estado.
Público alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Equipe de Execução na UJ.					
Nome dos Integrantes do Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA		Formação Acadêmica	Lotação	Tempo de Serviço	% do tempo na ação
Maria Eva de Jesus	FFA	Médico Veterinário	SEDESA/SEDE	7 anos	100%
Márcia Martins Lopes	FFA	Médico Veterinário	SEDESA/SEDE	2,5 anos	100%
Geraldo de Melo Moura	FFA	Engº. Agrônomo	SEDESA/SEDE	2,5 anos	100%
Equivalente-técnicos em tempo integral - calculado					100%

a) **Dados gerais do Plano Interno/ Ação:**

Plano Interno/Ação Código 8658	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição.	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o país, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do país, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação Geral de Combate às Doenças – CGCD/DSA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/DT/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Maria Eva de Jesus
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Márcia Martins Lopes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto 24.548, de 03 de setembro de 1934 e Portaria 45, de 22 de março de 2007. SFA-AC/MAPA e IDAF-AC

a.2) **Execução das Metas Financeiras.** (Anexo II da DN TCU nº100/2009)

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	19.311,60	18.088,49	93,66 %
339030	10.000,00	9.999,50	99,99 %
339033	53.611,60	28.459,60	53,08 %
339036	2.902,92	2.923,24	99,30 %
339039	10.000,00	9.999,56	99,99 %
449052	325.000,00	323.861,14	99,65 %

*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

a.2) Ações programadas no SIPLAN e/ou executadas.

PRODUTO DA AÇÃO 8658	unid	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Reunião do PNSE		Prog.		1		1	1					1			4
		Realiz.		1		1	1					1			4
Reunião do PNCEBT	n°	Prog.						1							1
		Realiz.						1							1
Reunião do PNCRH e EETs	n°	Prog.			0							0			0
		Realiz.			1							1			2
Participação no Encontro Nacional de Defesa Sanitária	n°	Prog.										2			2
		Realiz.										2			2
Emissão de Relatórios Mensais ao DSA	n°	Prog.	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	108
		Realiz.	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	108
Fiscalização em Propriedades Rurais	n°	Prog.								2	1				
		Realiz.								2	1				
Colheita de amostras para a vigilância da EEB		Prog.								2	1				
		Realiz.								2	1				
Propriedades atendidas pela execução SFA-AC/MAPA e IDAF-AC.		Prog.	600	600	800	800	1.100	1.000	900	900	800	800	1200	900	10.400
		Realiz.	517	574	648	506	1.084	954	797	828	638	732	1.151	984	9.413
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
				deverá ser programada				deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes							

a.3) Ações não programadas e executadas

PRODUTO DA AÇÃO 8658	unid	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Reunião da DT	n°		1			1	2	1	2	3	1	1		12
Reunião com o Superintendente	n°		1							2				5
Treinamento do Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos.	n°		1										1	1
Participação no Comitê Estadual da Influenza A	n°					2								2

Reunião com representantes do IDAF sobre Convênios / Termo de Cooperação	nº									3	3			6
Credenciamento de Laboratório de Diagnóstico de AIE	nº				1			1						2
Emissão de Parecer Técnico	nº	6	6	17	15	19	7	24	32	14	15	30	1	186
Autuação de processos de sacrifícios de animais positivos para AIE	nº	11	8	9	14	18	8	14	28	11	14	25	11	171
Realização de Reteste para AIE	nº									2	2			4
Acompanhamento de Contra-prova para AIE	nº								2	2		2		6
Envio amostras tronco encefálico (LANAGRO-PE) – Vigilância EEB	nº	2	6		11		3		5	12	1	8	6	50

a.4.) **Avaliações descritivas dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

*** Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias - PNCRH:**

- Resistência dos médicos veterinários oficiais em realizar coleta de material para o diagnóstico laboratorial em casos de suspeita de síndrome neurológica;
- Envio inadequado de material destinado ao diagnóstico laboratorial para as encefalopatias (formulários / meio de conservação);
- Falta de conscientização dos produtores através da educação sanitária;
- Controle de morcegos hematófagos em seus reservatórios naturais bem como a identificação de refúgios através de GPS;
- Falta de envolvimento do órgão estadual no programa de vigilância ativa para EEB;
- Apoio laboratorial deficitário da rede MAPA, comprometendo o cumprimento da meta estabelecida pela Coordenação do Programa;
- Falta de iniciativa do órgão estadual para programar ações, mediante a disponibilidade de kits para captura, cedidos ao IDAF no ano de 2008;
- Falta de envolvimento entre as instituições voltadas para a prevenção e controle da Raiva (SEMSA, SESACRE, UFAC e IDAF/AC) e comunidade nos trabalhos;

*** Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE:**

- Procedimentos antiéticos dos médicos veterinários que coletam material para realização de exame laboratorial, prejudicando a execução das ações sanitárias;
- Ausência de mecanismos legais no âmbito do SEDESA para punição dos profissionais que infringem as normas do Programa;
- Falta de conscientização dos proprietários de equídeos para a realização das ações sanitárias mediante diagnóstico positivo para a AIE;
- Falta de apoio policial para execução do sacrifício em alguns municípios;
- Falta de punição para os profissionais que infringem às normas do Programa;
- Indefinição quanto ao procedimento adotado nos processos com pendência de sacrifício;
- Falta de compromisso do órgão executor para implementação das medidas diante da confirmação de foco.
- Atrasos no envio dos relatórios mensais de atividade dos laboratórios credenciados;
- Ausência de maior critério por parte dos laboratórios para recebimento de amostras destinadas ao diagnóstico de AIE;

*** Programa Nacional de Sanidades dos Suídeos – PNSS:**

- Falta de interesse do órgão executor em implantar o Programa no estado.
- Ausência de um cadastro específico voltado para espécie;
- Falta de capacitação da equipe técnica para desenvolver atividades relacionadas às doenças de notificação obrigatória do Programa;

*** Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA:**

Para 2009 foi mantida a meta de 2008 que era a de submeter o estado do Acre a avaliação Periódica dos Sistemas Estaduais de Defesa Animal com ênfase em Sanidade Avícola, a qual não foi atingida. Apesar de governo Estadual acenar com intenção de cumprir a IN MAPA 17 de 07/04/2006, criando o Programa Estadual de Sanidade Avícola –PESA, através do Decreto Nº 2.885 DE 27/03/2008 e nos ter sido encaminhado o OF/GER/Nº 08 de 08/05/2008 que encaminha portaria nº 06 de 07/05/08 que atribui ao Conselho Estadual de Saúde e Defesa Animal com Competência para sugerir e acompanhar políticas e estratégias para as ações do programa, não nos foi apresentado as documentações necessárias (segundo Ofício Circular DAS nº137/2006) para apresentação do pedido a Brasília. Assim sendo, O Acre hoje é considerado como estado “não participante do Plano”, podendo sofrer restrições no trânsito de aves vivas.

- Falta de comprometimento do órgão executor em cumprir sua parte para implantar o programa estadual e assim aderir ao Plano Nacional de sanidade avícola e assim poder solicitar auditoria para classificar o estado no contexto nacional.

- Falta técnico para trabalhar a implantação e implementação do programa no SEDESA e no IDAF-AC

*** Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose:**

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT começou a apresentar resultados no Estado do Acre a partir de janeiro de 2005, através do processo de vacinação e realização de exames de monitoramento de rebanhos. Em 2009 foram examinados 5.301 animais para Brucelose bovina, destes 422 foram diagnosticados positivos; para Tuberculose bovina foram 1.637 animais com 8 positivos, não há registro do destino dos animais diagnosticados positivo..

No ano de 2009, não houve solicitação para Habilitação para Médicos Veterinários do Estado do Acre realizar diagnóstico de Brucelose e Tuberculose Animal junto à Superintendência Federal de Agricultura, somando ao longo dos 04 (quatro) anos da implantação do programa. , 14 Médicos Veterinários habilitados. Estado do Acre possui 57 (cinquenta e sete) médicos veterinários cadastrados para realizar a vacinação dos animais e 14 (catorze) habilitados para a realização dos exames descritos nas ações do Programa.

- Falta de conscientização dos produtores, em relação a Brucelose e Tuberculose;

- Desconhecimento da situação de prevalência e incidência das duas doenças no estado;

- Inexistência de um programa efetivamente instaurado para controle e erradicação de Brucelose e Tuberculose no estado do Acre;

- Falta de uma supervisão continuada nas ações dos Méd Veterinários executores do programa e dos Méd. Veterinários habilitados.

a.5) Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:

*** Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA:**

- Vontade política e técnico do órgão executor/estado em cumprir sua parte para implantar o programa estadual e assim aderir ao Plano Nacional de sanidade avícola e

]

assim poder solicitar auditoria para classificar o estado no contexto nacional.

- Mudar o técnico responsável pela coordenação e apoiar o novo técnico na execução das ações.

- Contratar Fiscal Federal – Méd. Veterinário, para SEDESA/DT/SFA-AC

*** Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose:**

- A falta de conscientização dos produtores, em relação a Brucelose e Tuberculose só será suprida com um trabalho continuado de Educação sanitária ;

- Realizar estudo para conhecer a situação de prevalência e incidência das duas doenças no estado em parceria com a Universidade Federal do Acre ;

- Vontade política em implantar efetivamente o programa para controle e erradicação de Brucelose e Tuberculose no estado do Acre, criando a obrigatoriedade da comprovação da vacinação do estabelecimento para emissão do GTA;

- Programar supervisão continuada nas ações dos Méd Veterinários Executores do Programa e dos Méd. Veterinários habilitados.

a.6) Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

- SEDESA/DT/SFA-AC

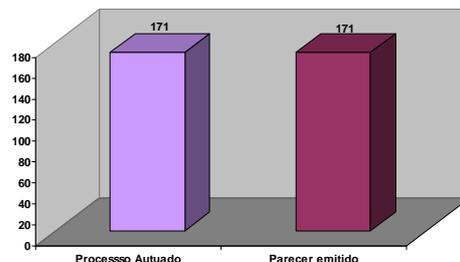
- IDAF/AC.

a.7) Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno. (eficácia, eficiência ou de efetividade).

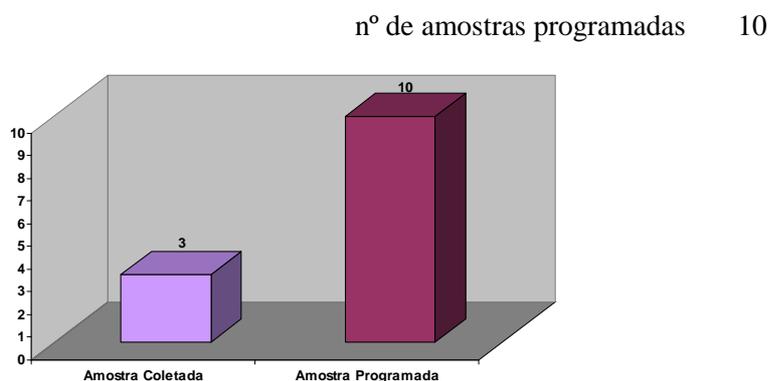
• Índice de Processos AIE analisados: Eficiência

• $\frac{\text{n}^\circ \text{ de pareceres de sacrifício de animais positivos para AIE}}{\text{n}^\circ \text{ de proc. autuados para sacrifício de animais positivos para AIE}} \times 100 = \frac{171}{171} \times 100\%$

nº de proc. autuados para sacrifício de animais positivos para AIE 171



Índice de Amostras coletadas(Vigilância EEB) = $\frac{\text{n}^\circ \text{ amostras coletadas}}{\text{n}^\circ \text{ amostras programadas}} \times 100 = \frac{03}{10} \times 100 = 30\%$

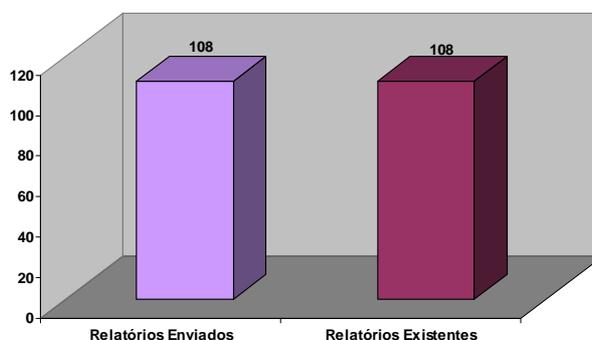


(*) Não foi possível efetuar a coleta das demais amostras, pois a partir de julho o LANAGRO-PA paralisou a realização de análises físico-químicas de amostras para alimentação de ruminantes. Desta forma, nos foi orientado que apenas fizéssemos a remessa das amostras coletadas nos meses de julho e agosto, prejudicando o alcance da meta de análises.

Índice de produtividade de Relatórios enviados ao DAS.

$\frac{\text{n}^\circ \text{ de relatórios mensais enviados ao DSA}}{\text{FFA}} = \frac{108}{2} \times 54$

FFA 2



Responsável pelo cálculo/medição: Márcia Martins Lopes/ Maria Eva de Jesus

a.8) Comparativo das principais Metas Físicas – PCEANIMAL:

Metas Físicas	2007	2008	2009
Eventos PNSA (Reunião / Curso / Treinamento)	3	2	0
Eventos PNCRH (Reunião / Curso / Treinamento)	2		2
Eventos PNCEBT (Reunião / Curso / Treinamento)	2	1	1

Eventos PNSE (Reunião / Curso / Treinamento)	1	3	0
Eventos PNSS (Reunião / Curso / Treinamento)	1	1	1
Eventos PNSAA (Reunião / Curso / Treinamento)	0	0	1
Credenciamento de Laboratórios AIE	0	1	2
Fiscalização Laboratório AIE	1	1	0
Vistoria/Supervisão de Laboratórios Credenciados p/ AIE	0	3	0
Realização de Contra-prova AIE	0	1	6
Realização de Reteste AIE	1	0	4
Colheita de Amostras de Alimentos p/ Ruminantes -Vigilância EEB	0	14	3
Envio de Amostras de Tronco Encefálico ao LANAGRO/PE – Vigilância EEB	9	33	50
Fiscalização em Propriedades Rurais – Vigilância EEB	0	14	3
Emissão de Parecer Técnico	154	139	186
Emissão de Relatórios DAS	108	108	108

a.9) **Comparativo das principais Metas Financeiras – PCEANIMAL:**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE**		
	2007(*)	2008	2009	2007(*)	2008	2009
339014	-	16.422,47	19.311,60	-	11.070,10	18.088,49
339030	-	12.379,00	10.000,00	-	10.360,00	9.999,50
339033	-	44.500,00	53.611,60	-	44.500,00	28.459,60
339036	-	10.862,83	2.902,92	-	9.796,58	2.923,24
339039	-	23.020,00	10.000,00	-	21.940,00	9.999,56
449052	-	-	325.000,00	-	-	323.861,14

(*) PI não existente no período em questão.

(**) Coordenador de Ação Estadual

(**) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b) **Dados gerais da Ação**

Plano Interno/Ação Código 8572	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores e plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender às exigências do mercado nacional e internacional.
	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de

Descrição.	prioridades de pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária..
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	80969 - Departamento de Sanidade Vegetal
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA. Defesa Sanitária Vegetal.
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Geraldo de Melo Moura.
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Geraldo de Melo Moura
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei 9.712, de 15/05/2000 que altera a Lei 8.171, de 17/01/91, regulamentada pelo Decreto 5.741 de 31/03/2006; Portaria nº 45 de 22/03/2007.

b.1) Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.

PRODUTO DA AÇÃO 8572	Unid	Meta	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Área controlada .	ha	Prog.	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668
		Real.	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668	26668
Reunião com equipe interna	Nº	Prog.		01		01		01		01		01		01	06
		Real.						01	03			01	02		07
Treinamento. na área de gestão	Servd.	Prog..							02		01		01	05	08
		Real.							02		01	03		07	13
Deslocamento a serviço	Nº	Prog.			0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	8
		Real			1	1	1	-	2	-	-	1	4	2	12
Monitoramento da sigatoka negra	Nº	Prog			0	1	2	2	1	3	2	2	8	1	22
		Real			2	3	2	-	2	-	-	1	8	2	20

b.2) **Ações não programadas e executadas**

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado
Ações de educação sanitária em monília do cacau, em Rondônia	Duração em dias	05
Curso de educação sanitária em monília do cacau, em Assis Brasil - AC	Duração em dias	03

b.3) **Avaliações descritivas dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

- O trabalho de educação sanitária sobre a monília do cacau, desenvolvido com produtores dos municípios de Nova Mamoré e Guajará Mirim em Rondônia, consistiu de entrevistas acompanhadas do preenchimento de questionários, para se aquilatar o nível de conhecimento dos produtores sobre essa doença, que além do cacau ataca também o cupuaçu. Na oportunidade foram fornecidas orientações sobre as práticas recomendadas para impedir que a monília entre no país. O sucesso do trabalho foi atribuído à equipe constituída de quatro Fiscais Federais Agropecuários, procedentes de Superintendências de quatro estados da Federação, além do decisivo apoio recebido do IDARON - órgão estadual de defesa agropecuária;
- O curso sobre educação sanitária com foco na monília do cacau com duração de 24 horas, foi realizado em Assis Brasil e, capacitou 24 multiplicadores, agentes que assumiram o compromisso de repassar os conhecimentos recebidos para outras pessoas. Como exercício prático outras 48 pessoas também foram orientadas sobre os cuidados a serem tomados para impedir que a doença já existente no Peru não entre no Brasil. Os resultados foram considerados muito positivos: pela diversidade de profissões dos participantes, pelo o apoio recebido das diferentes instituições do município, além da forte integração com o órgão de defesa agropecuária do Peru;
- Apesar da sigatoka negra já está amplamente espalhada nos bananais acreanos, o monitoramento dessa doença é importante para se tentar identificar áreas de escape, onde possa ser instalado sistema de mitigação de risco para sigatoka negra. Outra finalidade do trabalho, é avaliar o comportamento das cultivares de banana resistentes à doença, já em uso por alguns produtores no estado. Fatores que dificultam a execução do trabalho: péssimas condições da maioria dos ramais acreanos no período chuvoso; acentuado índice de rejeição dos consumidores à banana, proveniente de cultivares resistentes à doença.

b.4) **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

- Desenvolver trabalhos de educação sanitária, nos moldes do desenvolvido em Rondônia, nos municípios fronteiriços do Alto Acre e do Alto Juruá, no Acre;
- Pleitear recursos financeiros para realizar curso de educação sanitária, similar ao que foi realizado em Assis Brasil, no vale do Juruá;

- Pleitear recursos financeiros para expandir o monitoramento da sigatoka negra, aos municípios do vale do Juruá;
- Envidar esforços para que o MAPA libere os recursos do convênio firmado com IDAF em 2008, para que dessa forma o órgão estadual de defesa agropecuária reforce sua atuação na área de defesa vegetal.

b.5) Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

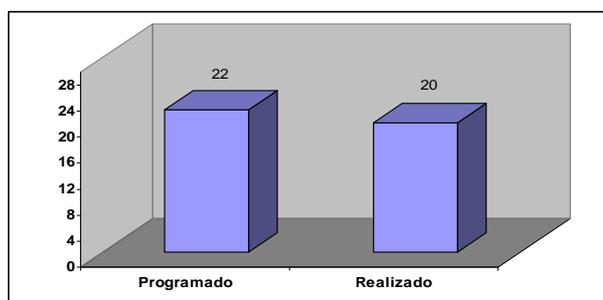
- SFA-AC/DT/SEDESA
- Governo do estado do Acre.

b.6) Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.

- Número de monitoramentos executados
- Número de reuniões técnicas
- Número de treinamentos realizados

Gráfico - 1

Eficácia - Índice de Monitoramento em propriedades cultivadas com banana

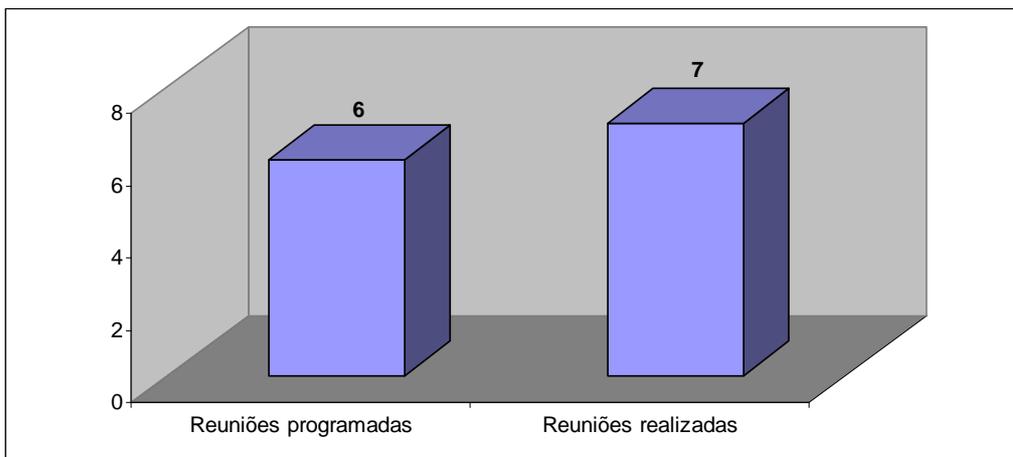


Fórmula de cálculo : $\frac{\text{n}^\circ \text{ monitoramento executado}}{\text{n}^\circ \text{ monitoramento programado}} \times 100 = \frac{20}{22} \times 100 = 90,6\%$

Responsável pelo cálculo/medição: FFA Geraldo de Melo Moura

Gráfico - 2

Índice de reuniões técnicas realizadas.

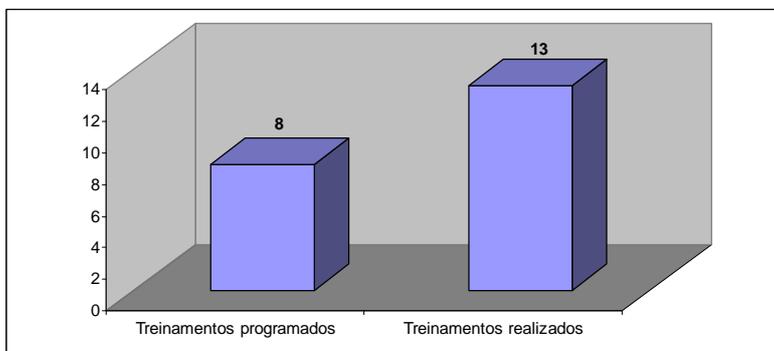


Fórmula de cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ reuniões realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ reuniões programadas}} \times 100 = \frac{7}{6} = 116\%$

Responsável pelo cálculo/medição: Geraldo de Melo Moura

Gráfico - 3

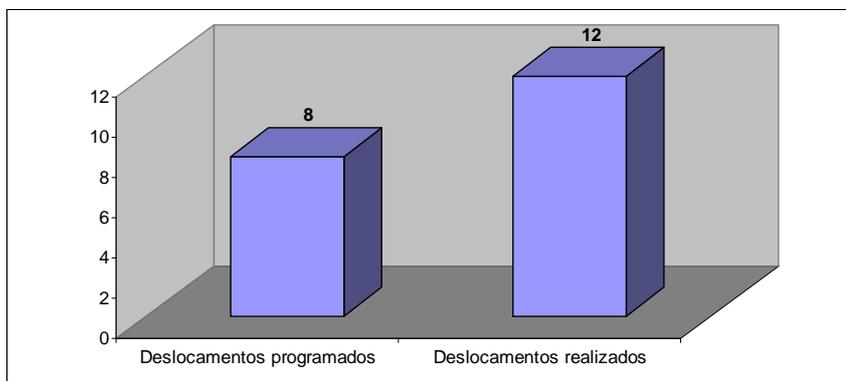
Eficácia: Índice de treinamentos realizados.



Fórmula do cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de treinamento realizado}}{\text{n}^\circ \text{ de treinamento programado}} \times 100 = \frac{13}{8} \times 100 = 162\%$

Gráfico – 4

Índice de deslocamentos.



Fórmula do cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de deslocamento realizado}}{\text{n}^\circ \text{ de deslocamento programado}} \times 100 = \frac{12}{8} = 150\%$

Responsável pelo cálculo: Geraldo de Melo Moura

b.7) Comparativo das principais Metas Físicas da Área de Prevenção e Controle de Praga dos Vegetais.

Metas Físicas	Unidade de Medida	2008	2009
Área controlada	ha	18.810	26.668
Reunião com equipe interna	unid	-	07
Treinamento. na área de gestão	serv	-	13
Deslocamento a serviço	unid	-	12
Monitoramento da sigatoka negra	Unid	-	20

b.8) Comparativo das principais Metas Financeiras da Área de Prevenção e Controle de Praga dos Vegetais.

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007**	2008	2009	2007**	2008	2009
339014		7.336,10	18.501,38		7.337,00	18.501,38
339030		2.826,66	4.520,00		2.564,13	4.520,00
339033		11.296,66	16.240,00		11.296,66	16.240,00
339036		4.431,85	1.500,00		3.632,26	1.500,00
339039		5.083,33	5.000,00		83,33	5.000,00
449052					-	-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Em 2007 não existia este PI

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

c) **Dados gerais da Ação / Plano Interno**

Plano Interno/Ação Código 4842	Erradicação da Febre Aftosa
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoonosológicas; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento; das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento; fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas, realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Combate às Doenças – CGCD/DSA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/DT/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Maria Eva de Jesus
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Márcia Martins Lopes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 9.712 de 1998

c.1) **Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.**

PRODUTO DA AÇÃO 4842 / 2009	unid	Meta	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Supervisão em Unidade Veterinária Local / EAC e unidade	nº	Prog.					10	7	2*				11	6	36
		Realiz.					10	7	1*				11	6	35

central do IDAF															
Supervisão em Posto Fixo de Fiscalização do IDAF	n°	Prog.					2	2	2				4	2**	12
		Realiz.					2	2	2				4	1**	11
Supervisão referente a Convênio	n°	Prog.			4										4
		Realiz.			4										4
Supervisão documental das propriedades monitoradas nos 08 municípios de fronteira internacional.	N°	Prog			8	0		5	8		1	7		8	32
		Realiz			3	5		5	8		1	7		8	32
Acompanhamento in loco das propriedades monitoradas nos 08 municípios de fronteira internacional	N°	Prog			5			5			5		5		20
		Realiz			2			4			4		5		15
Manutenção da área livre de Febre aftosa com vacinação	Km²	Prog	152.581												
		Realiz	152.581												
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
				deverá ser programada				deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes							

c.2) Ações não programadas e executadas.

PRODUTO DA AÇÃO 4842 / 2009	unid	Meta	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Participação em Curso de Emergência Sanitária para Executores	IF	Prog.											0		0
		Real.											1		1
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
				deverá ser programada				deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes							

c.3) Metas Financeiras: Resultados da aplicação no exercício

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	6.239,00	6.239,00	100 %
339030	5.500,00	4.905,00	89,18 %
339033	5.300,00	5.118,33	96,57 %
339036	0	463,86 ^a	???
339039	5.000,00	4.999,76	99,99 %
339052	0	0	0

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

^a - Não foi descentralizado o recurso para o pagamento neste exercício.

c.4) Avaliações descritivas dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

Em agosto de 2007 foi realizada uma avaliação da imunidade populacional resultante das campanhas de vacinação contra Febre Aftosa, em que o Acre despontou como um dos melhores índices do país, 83% de prevalência aparente e 99% de prevalência verdadeira para o vírus tipo “O” de sua respectiva sub-população. Em 2009 foi realizado um novo estudo para avaliar este mesmo parâmetro nos oito municípios de fronteira municípios de fronteira internacional. Todos os procedimentos foram orientados pelo Departamento de Saúde Animal e supervisionados pelo SEDESA-AC para certificar que a manutenção do status do Estado do Acre do de Zona Livre de febre aftosa com vacinação é de fato sustentável. O Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal (IDAF-AC), participa na execução das ações nas propriedades monitoradas nas Unidades Veterinárias Locais – UVL contempladas no estudo: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Plácido de Castro, Senador Guiomard, e Xapuri; com resultado pendente pelo LANAGRO/DSA/MAPA.

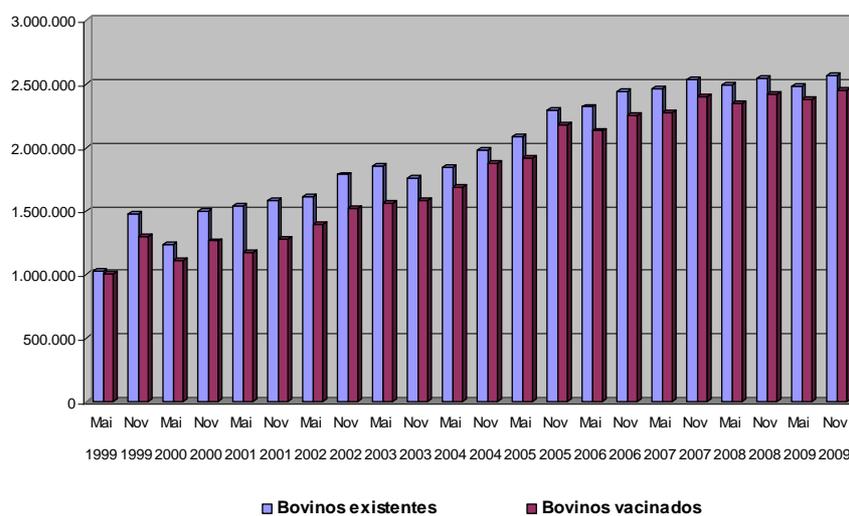
Das 22 (vinte e duas) Campanhas de Vacinação contra a Febre Aftosa realizadas pelo Estado do Acre, período de 1999 a 2009, observou-se um crescimento bastante significativo na cobertura vacinal até maio de 2006 mantendo-se praticamente estável de novembro de 2006 a novembro de 2009 (92% a 95%).

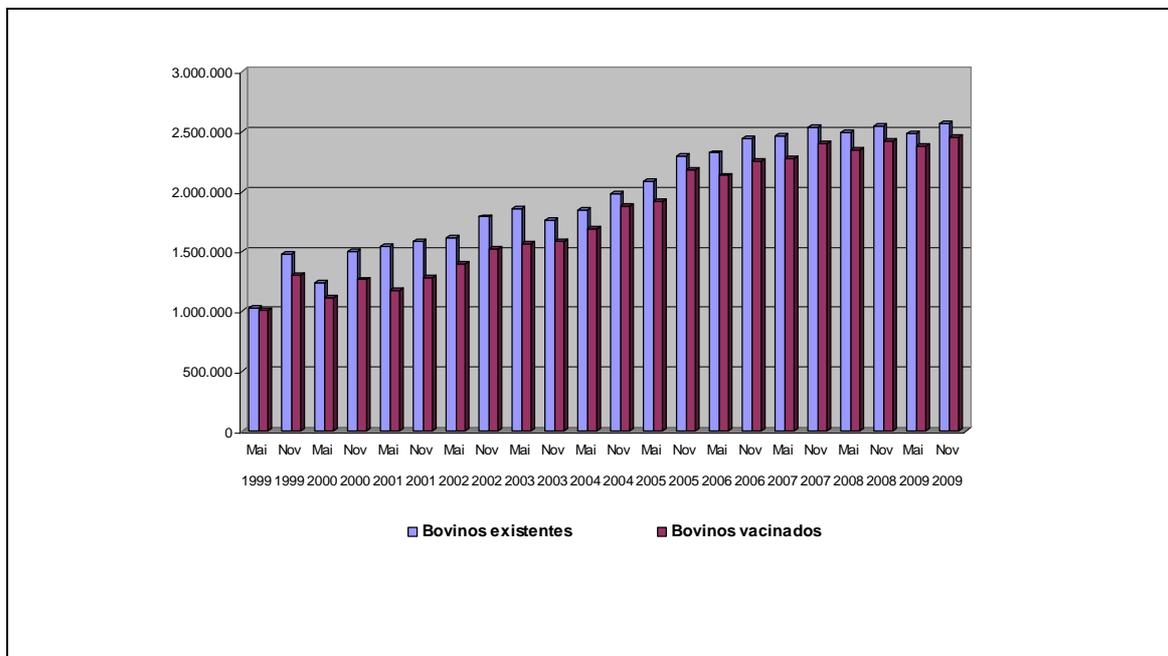
Falta de condições adequadas de trabalho aos profissionais da capital e interior na execução das atividades devido a ausência de treinamentos, estrutura física e/ou material de trabalho em algumas UVL;

A funcionalidade administrativa do órgão de defesa sanitária animal do Estado, continua centralizadora nas mãos dos gestores;

A limitação do programa SISDAF, que por vezes impede o lançamento de dados relacionados à emissão de GTA, gerando relatórios irreais.

EVOLUÇÃO DAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA - ACRE MAIO DE 1999 À NOVEMBRO DE 2009.





c.5) Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso.

Realizar treinamentos em emergências sanitária para Médicos Veterinários e técnicos em agropecuária, bem como fiscalização em barreiras;

Que na programação de trabalhos a serem realizados em parceria com o Órgão Estadual- IDAF/AC e a Defesa Sanitária Animal, seja programados recursos para aquisição de um sistema de informática para consolidar os dados, de forma que os resultados sejam disponibilizados em tempo hábil, e com fidedignidade, haja vista, que os resultados demonstrados durante as supervisões/auditorias foram a quem do mínimo necessário;

Melhorar o fluxo de informações sobre as notificações de agravos relacionados à febre aftosa das áreas de fronteira Nacional e Internacional.

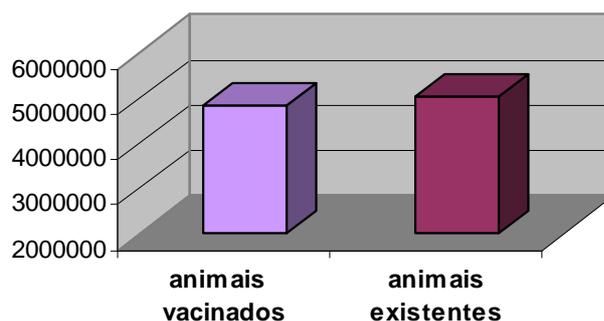
c.6) Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

- SEDESA/DT/SFA-AC
- IDAF/AC

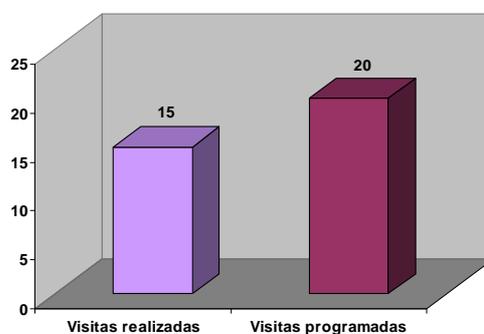
c.7) Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.

$$\text{Índice de cobertura vacinal: } \frac{\text{n}^\circ \text{ de animais vacinados}}{\text{n}^\circ \text{ de animais existentes}} \times 100 = \frac{4.828.910}{5.046.648} \times 100 = 95,68\%$$

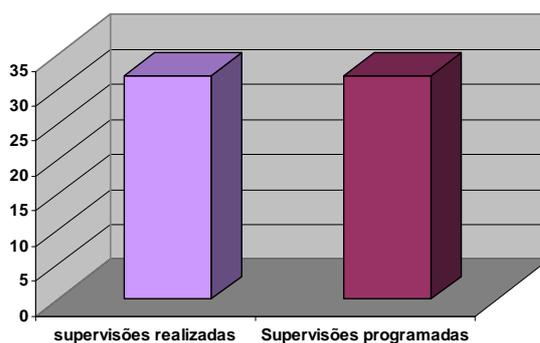
Percentual de animais vacinados no estado do Acre, ano 2009.



Índice de visitas a prop. monitoradas: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de visitas realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de visitas programadas}} \times 100 = \frac{15}{20} \times 100 = 75\%$



Índice de supervisão documental em UVL: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de supervisões realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de visitas programadas}} \times 100 = \frac{32}{32} \times 100 = 100\%$



Responsável pelo cálculo/medição: Maria Eva de Jesus

c.8) **Comparativo da execução das atividades do PI FEBREAFTOS:**

Metas Físicas	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Manutenção da área livre de Febre aftosa com vacinação	Km²	152.581	152.581	152.581
Supervisão em Unidade Veterinária Local / EAC e unidade central do IDAF	unid	16	7**	35
Supervisão em Posto Fixo de Fiscalização do IDAF.	unid	03	1**	11
Supervisão documental das propriedades monitoradas nos 08 municípios de fronteira internacional.	unid	*	*	32
Acompanhamento in loco das propriedades monitoradas nos 08 municípios de fronteira internacional	unid	*	*	15

* As ações do monitoramento nos municípios de fronteira iniciaram em outubro 2009, sendo implantadas as supervisões em 2009.

** Supervisões voltadas para ações do convênio MAPA/DAS.

c.9) **Comparativo das principais Execuções Financeiras – FEBREAFTOS:**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014	145.148,21	5.487,93	6.239,00	105.387,67	3.138,43	6.239,00
339030	10.960,00	5000,09	5.500,00	9.760,00	4.999,91	4.905,00
339033	9.291,16	11.300,00	5.300,00	7.737,22	16.300,00	5.118,33
339036	14.769,01	2512,02	-	11.015,49	2.511,94	463,86
339039	13.900,00	6.299,00	5.000,00	6.370,00	5.701,00	4.999,76
449041	692.500,00	-	-	692.500,00	-	-
449042	307.500,00	-	-	307.500,00	-	-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

d) **Dados gerais da Ação**

Plano Interno/Ação Código 4738	Erradicação da Mosca da Carambola
Tipo de Ação.	Atividade, Área controlada em ha.
Finalidade.	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera carambolae" e dá garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição.	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade responsa. pelas decisões	80969 - Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / DAS

estratégicas.	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento, execução da ação.	Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA. Defesa Sanitária Vegetal.
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Geraldo de Melo Moura
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Geraldo de Melo Moura
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei nº 9.712 de 1998; Decreto nº 5.741, de 30/03/2006; Decreto nº 5.351, de 21/01/2005 e art. 27, I, "e", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; Decreto 2.226 de 19/05/1 997; Portaria nº 026 de 01/06/2001; Portaria nº 21 de 25/03/1 999; Acordo de Cooperação Técnica Brasil/França implementando o monitoramento Bilateral. Portaria nº 124 de 18/04/1997; Portaria nº 37/07 de 22/02/07 da SFA-PA.

d.1) **Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.**

PRODUTO DA AÇÃO 4738/ 2009	unid	Meta	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Área controlada em hectare.	ha	Prog.	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	-
		Real.	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	15,2	-
Deslocamento a serviço	Nº de Viagens	Prog.	-	3	6	6	4	6	4	5	5	5	5	3	52
		Real.	-	-	6	6	4	6	4	5	5	-	-	-	36

d.2) **Avaliação descritiva dos resultados, indicando a causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

- O monitoramento periódico da mosca da carambola com o emprego de atrativo químico, é a forma recomendada para se ter certeza da presença ou não do inseto no estado e, caso positivo mantê-lo contido numa determinada região, impedindo que se espalhe imediatamente para todo estado. Esse trabalho por falta de recursos financeiros sofreu interrupção durante três meses;

d.3) **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

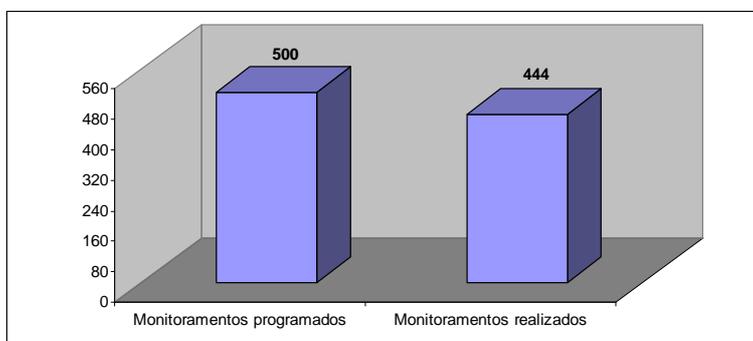
Gestões serão feitas junto à Coordenação do PI, para que seja garantida a liberação dos recursos, evitando assim a interrupção dos monitoramentos.

d.4) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

FFA Geraldo de Melo Moura.

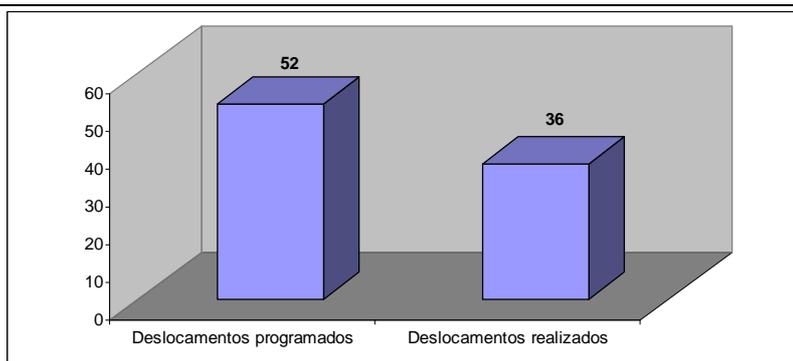
d.5) **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.** (eficácia, eficiência ou de efetividade).

Monitoramento das armadilhas instaladas em diversos municípios acreanos : Gráfico 6



Índice de monitoramento de armadilhas: $\frac{\text{n}^\circ \text{ monitoramento executado}}{\text{n}^\circ \text{ monitoramento programado}} \times 100 = \frac{444}{500} \times 100 = 88,8\%$

- Número de deslocamento para executar o trabalho: Gráfico 7



Fórmula de cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ monitoramento executado}}{\text{n}^\circ \text{ monitoramento programado}} \times 100 = \frac{36}{52} \times 100 = 69,2\%$

Responsável pelo cálculo/medição: Geraldo de Melo Moura

Indicadores de Desempenho

- Área territorial do estado, monitorada contra a mosca da carambola
- Número de monitoramentos totais realizados nas armadilhas
- Número de deslocamentos realizados para executar o trabalho

d.6) Comparativo da execução das atividades do PI ERRADMOSCA.

Metas Físicas/ Ações	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Nº monitoramentos realizados	un	-	528	444

d.7) Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação ERRADMOSCA.

Natureza da Despeza	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007**	2008	2009	2007**	2008	2009
339014		5.440,31	6.450,00		5.440,31	6.450,00
339030		587,80	5.800,00		587,80	5.800,00
339033		550,00	3.900,00		550,00	3.900,00
339036		-	-		-	-
339039		-	3.000,00		-	3.000,00
449052		-	-		-	-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Em 2007 não existia o PI

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

e) Dados gerais da Ação / Plano Interno

Plano Interno/Ação Código 2139	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição.	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoonosológico do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoonosológica; análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal – CTQA/DAS.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/DT/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Guilherme Henrique Figueiredo Marques.
Coordenador da Ação	

Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Maria Eva de Jesus.
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Márcia Martins Lopes.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto nº 24.548 de 1934.

e.1.) Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.

PRODUTO DA AÇÃO 2139/ 2009	unid	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Fiscalização de Exposição Agropecuária	n°	Prog.							1						1
		Real.							1						1
Emissão de Relatórios relacionados à supervisão do Parque de Exposições	n°	Prog.							14	4					18
		Real.							14	4					18
Treinamento para emissão de GTA UVL/Escritórios do IDAF*	n°	Prog.	2	5*	9	1									17
		Real.	2	3*	9	1									15
Fiscalizações Realizadas	n°	Prog.	2400	2400	2300	2000	2400	3200	2600	2600	2300	2600	2800	3600	31200
		Real.	2156	2275	2081	1936	2273	3090	2361	2141	1748	1912	2603	3522	28098
Autuação de processos por não conformidades na emissão de GTA	N°	Prog.													
		Real.	-	-	-	-	1	4	2	3	3	3	8	2	24

* A programação original foi alterada, uma vez que a técnica responsável pelo treinamento sofreu um acidente de automóvel durante o percurso, impossibilitando o cumprimento de toda a programação. As Unidades pendentes foram contempladas na programação do mês seguinte.

e.2.) Ações não programadas e executadas.

PRODUTO DA AÇÃO 2139/ 2009	unid	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Emissão de GTAs	n°	Prog.													
		Realiz.			2	3	4		2		2	1	2		16

e.3) Metas Financeiras: Resultados da aplicação no exercício

(*) Coordenador de Ação Estadual ; (**) Sistema de Informações Orçamentárias; (***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Obs: As ações deste PI foram realizadas com recursos do PCEANIMAL, não havendo programação e/ou descentralização de recursos.

e.4) **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

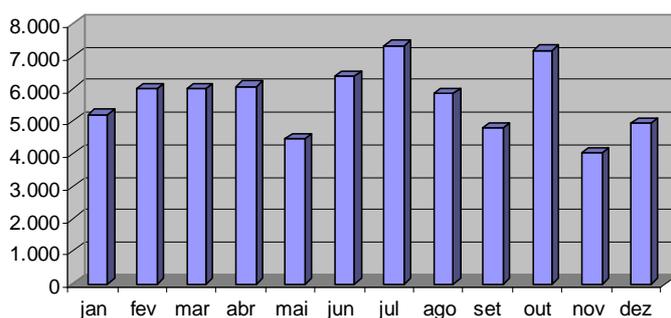
Grande parte das ações deste programa são descentralizadas para o IDAF-AC. A falta de empenho/recursos por parte do estado, colocando tardiamente as duas vans/escritórios móveis em ação para realizar a Vigilância Sanitária Animal, principalmente na Fronteira Binacional Brasil-Bolívia, comprometeu bastante as atividades de Defesa Sanitária Animal nos municípios fronteiriços com aquele país.

Algumas não conformidades foram constatadas em relação à emissão de documentos para o trânsito de animais. Foram realizadas 17 (dezesete) visitas a UVL e EAC, onde muitas dúvidas foram apresentadas por parte dos funcionários que emitem a GTA. Mesmo tendo sido sanada a maioria das dúvidas, durante o decorrer do ano foram autuados 24 (vinte e quatro) processos, devido a irregularidades cometidas pelos emitentes.

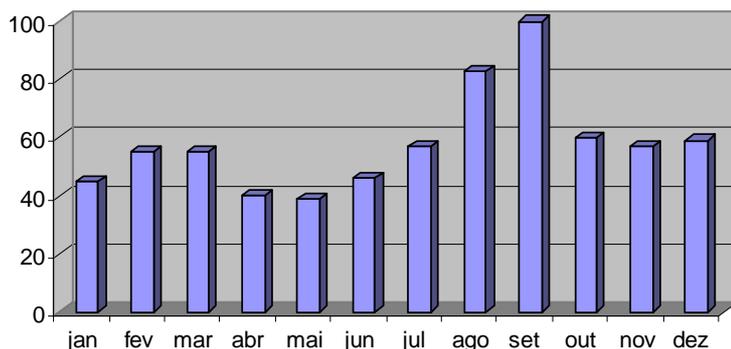
Em 2009 foram emitidos 68.240 GTAs que movimentaram 1.181.875 animais e 1.362 CIS “E”, que entre couros e subprodutos destes, geraram uma divisa de R\$ 39.529.962,64 para o estado do Acre.

Os gráficos a seguir demonstram alguns dados sobre a movimentação de animais e produtos de origem animal acompanhados dos documentos oficiais pertinentes, que são respectivamente a Guia de Trânsito Animal (GTA) e o Certificado de Inspeção Modelo E (CIS E), durante o ano de 2009 no Acre. Os dados sobre a emissão de tais documentos são enviados mensalmente ao SEDESA AC, pelo órgão executor, ou por veterinários credenciados e habilitados, e são verificados e compilados para a organização das informações.

Distribuição mensal de GTAs emitidos no estado do Acre, ano 2009.



Distribuição mensal da emissão de CIS E no estado do Acre, 2009



- Insuficiência de pessoal no SEDESA – AC para realizar supervisão/fiscalização nos estabelecimentos de processamento e postos de fiscalização;
- Ausência de mecanismos legais no âmbito do SEDESA para punição dos profissionais que infringem as normas do Programa;
- Falta de conscientização dos responsáveis técnicos dos estabelecimentos e profissionais credenciados.
- Falta de compromisso do órgão executor para implementação das medidas diante dos processos autuados.
- Ausência de informações sobre o ingresso de animais susceptíveis a febre aftosa no estado.

e.5. Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:

- Entende-se que se faz necessário um treinamento para tais funcionários visando à melhoria da qualidade dos documentos emitidos e serviço oferecido aos produtores
- Concurso Público para contratação de FFA - Médicos Veterinários para o SEDESA – AC;
- Criar mecanismos legais no âmbito do DSA para punição dos profissionais que infringem as normas do Programa;
- Trabalho de educação Sanitária para conscientização dos responsáveis técnicos dos estabelecimentos e profissionais credenciados.
- Diminuir o tempo de resposta na implementação das medidas diante dos processos autuados.
- Envio pelo órgão executor ao SEDESA os dados sobre o ingresso de animais susceptíveis a febre aftosa no estado.

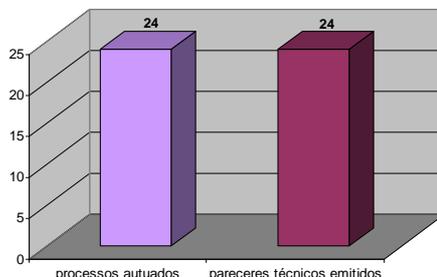
e.6) Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

- DSA/MAPA
- SEDESA/DT/SFA-AC
- IDAF/AC

e.7) **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.** (eficácia, eficiência ou de efetividade).

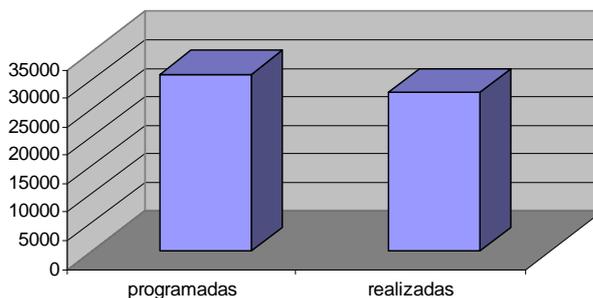
Índice de conformidade

de processos de GTA= $\frac{\text{n}^\circ \text{ de pareceres técnicos em proc. GTA}}{\text{n}^\circ \text{ de processos autuados por irregularidades}} \times 100 = \frac{24}{24} \times 100 = 100\%$



Índice de fiscalização : $\frac{\text{n}^\circ \text{ de fiscalizações realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de fiscalizações programadas}} \times 100 = \frac{28.098}{31.200} \times 100 = 90\%$

Fiscalizações realizadas no estado do Acre, ano 2009.



Responsável pelo cálculo/medição: Maria Eva de Jesus

e.8.) **Comparativo da execução das atividades do PI VIGIZOO:**

Metas Físicas/ Ações	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Fiscalização de Exposição Agropecuária	un	01	01	01
Emissão de Relatórios relacionados à supervisão do Parque de Exposições	un	18	18	18
Treinamento para emissão de GTA nas UVL/Escritórios do IDAF*	Un	-	-	15
Fiscalizações Realizadas	indeterminada	*	28.849	28.098

* Este PI entrou em execução no ano de 2008.

e.9) **Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação VIGIZOO.**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014	381,40	2.400,00	0	107,07	2.400,00	0
339030	-	3.000,00	0	-	3.000,00	0
339033	2089,00	6.850,00	0	1.868,18	6.850,00	0
339036	642,53	2.750,00	0	120,27	1.500,00	0
339039	-	3.000,00	0	-	4.250,00	0
449052	131.320,00	-	0	23480,00	-	0

(*) Coordenador de Ação Estadual ; (***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

f) **Dados gerais do Plano Interno/Ação:**

Plano Interno/Ação Código 2134	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição.	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	80969 - Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / SDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA. Defesa Sanitária Vegetal
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Coordenador da Ação, no âmbito da UJ	Geraldo de Melo Moura.
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Geraldo de Melo Moura
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto nº 24.114 de 1934; Lei nº 9.712 de 1998.

f.1.) **Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação**

PRODUTO DA AÇÃO 8939 / 2009	unid	Meta	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Fiscalização de caminhões transportando produtos vegetais*	Partida s.	Prog.	10	15	35	15	18	30	19	14	14	14	13	15	212
		Real.	10	15	35	11	13	14	11	13	11	12	14	0	159
Fiscalização de sementes de pupunha e	Unidad e														

Prog. 01 - 01 - - - 50 02
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não Acre -
Seção de Planejamento e Acompanhamento

importadas ilegalmente Peru**	do															
		Realiz.	-	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	0	

*Dados fornecidos pelo IDAF/IDARON

**A Fiscalização não foi realizada porque não houve a liberação dos recursos financeiros

f.2) **Avaliações descritivas dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

Descrição:

Os dados da Tabela 3.1 foram coletados no Posto Fiscal da Tucandeira, localizado na divisa Acre Rondônia e, onde funciona conjuntamente as representações das Instituições de Defesa Agropecuária do Acre e Rondônia - IDAF e IDARON. As fiscalizações foram realizadas pelo IDARON, já que o IDAF justifica que ainda não capacitou seus agentes para a realização dessa atividade, porque o MAPA ainda não liberou os recursos do Convênio assinado em 2008.

f.3) **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Serão desenvolvidas gestões para que o MAPA forneça as condições necessárias, para que o IDAF capacite seus agentes e, passe a executar a fiscalização da entrada de produtos vegetais, atividade essa de grande importância para a defesa vegetal do estado.

f.4) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

SEDESA/DT/SFA-AC
 Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF
 Governo do estado de Acre

f.5) **Comparativo das principais ações do PI Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.**

Metas Físicas	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Cargas de produtos vegetais fiscalizadas.	Partidas	-	147	159

f.6) **Comparativo das principais Metas Financeiras da Vigilância e Fiscalização de Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Insumos.**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007**	2008**	2009**	2007****	2008**	2009**
339014	2.134,00	-	-	2.134,00	-	-
339030	-	-	-	-	-	-
339033	3.286,66	-	-	3.286,66	-	-
339036	931,13	-	-	931,13	-	-
339039	166,66	-	-	166,66	-	-

(*) Coordenador de Ação Estadual;

(**) Não houve liberação de recursos em 2008 e 2009;

(***) Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

III. Dados gerais do Programa 0356.

Programa 0356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar
Gerente do Programa	INÁCIO AFONSO KROETZ
Gerente Executivo	MAÇAO TADANO
ANALISTA CGPLAN	MARA LÚCIA DE CARVALHO
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	Hiromi Suzana Y.S.Sant'Anna
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de fiscalizações realizadas Número de estabelecimentos fiscalizados; Produtos Fiscalizados com e sem coleta de amostras.
Público alvo	Produtores, indústrias, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Nome dos Integrantes do Serviço de Inspeção Agropecuária – SIPAG.	Função	Formação Acadêmica	Lotação	% do tempo na ação
Hiromi Suzana Yamasaki Sassagawa Sant'Anna	FFA	Eng ^a Agrônoma	SIPAG/SFA	100%
Paulo Roberto Alves Silva	FFA	Eng ^o . Agrônomo	SIPAG/SFA	100%
Marcelo Yuji Inoue	FFA	Eng ^o . Agrônomo	SIPAG/SFA	100%
Jaqueline da Silva Maia	Estagiária	Acadêmica de Eng ^a Agrônômica	SIPAG/SFA	100%
Marcos Antônio de Sousa Lima	FFA	Médico Veterinário	SIF 2951	100%
Caroline Del Giudice de Andrada	FFA	Médica Veterinária	SIF 4086	100%
Katherine Letícia da Silva	FFA	Médica Veterinária	SIF 3297	100%
Pedro Pereira Rocha	Ag. Ativ. Agrop.	Téc. Agropecuária	SIPAG/SFA	100%
Francisco Roberto Lima de Mesquita	Inspet. Veterinário (Conveniado)	Médico Veterinário (Conveniado)	SIF 2951	100%

Francisco José da Fonseca	Ag. de Inspeção (Conveniado)	Aux. Op. Agropec.	SIF 2951	100%
Ivan Rodrigues da Silva	Ag. Ativ. Agrop.	Agente de Inspeção	SIF 2951	100%
Jorge da Silva Ferreira	Ag. de Inspeção (Conveniado)	Téc. Agropecuária (Conveniado)	SIF 2951	100%
Mário Marcelo de Lima	Ag. de Inspeção (Conveniado)	Datilógrafo	SIF 2951	100%
Anthoniél Rodrigues da Silva	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Aira Souza da Costa	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Edmilson Costa Dias de Sousa	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Ivaneide Roberto da Silva	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Katilúcia Lima Saldanha	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Kleyton Oliveira de Souza	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Fernanda Mangolin da Silva	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Jessé Oliveira de Castro	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Francisco Jubileu Ribeiro da Silva	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Gênio Silva da Costa	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 2951	100%
Eduardo Alves de Melo	Inspet. Veterinário (Conveniado)	Médico Veterinário (Conveniado)	SIF 3297	100%
Edson José Lopes da Silva	Ag. Ativ. Agrop.	Téc. Agropecuária	SIF 3297	100%
Getúlio da Costa Bastos	Ag. Ativ. Agrop.	Téc. Agropecuária	SIF 3297	100%
Humberto Furtado de Araújo	Ag. Inspeção (Conveniado)	Téc. Agropecuária	SIF 3297	100%
João Bosco da Fonseca	Agente de Inspeção (Conveniado)	Auxiliar de Serviços Diversos	SIF 3297	100%
José Raimundo de Souza Amorim	Ag. Ativ. Agrop.	Téc. Agropecuária	SIF 3297	100%
André da Silva Costa	Aux. Insp. Art 102	Faqueiro (Magarefe)	SIF 3297	100%
Pedro de Castro Azevedo	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 3297	100%
Marcos Antônio Rocha dos Santos	Aux. Insp. Art 102	Faqueiro (Magarefe)	SIF 3297	100%
Mauro Camelo da Costa	Aux. Insp. Art 102	Faqueiro (Magarefe)	SIF 3297	100%
Genésio Oliveira Nascimento	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 3297	100%
Samuel da Silva Costa	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 3297	100%
Gilson de Sousa Silva	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 3297	100%
Francisco Eudenes Ribeiro	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 3297	100%
Francisco Oliveira Nascimento	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 3297	100%
Jairo de Freitas da Costa	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 3297	100%
Mabio de Araújo	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 3297	100%
Feliciano Pereira da Silva	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 3297	100%
Cleófas Pires da Silva	Inspet. Veterinário (Conveniado)	Médico Veterinário	SIF 4086	100%
Altino Tadeu da Silva Vieira	Ag. de Inspeção (Conveniado)	Motorista Oficial	SIF 4086	100%
Antônio José Silva Ferreira	Ag. de Inspeção (Conveniado)	Téc. Agropecuária	SIF 4086	100%
José Aprígio da Fonseca Filho	Ag. de Inspeção	Ag. Saúde Pública	SIF 4086	100%

	(Conveniada)			
Raimundo Morais de Souza	Ag. Ativ. Agrop.	Téc. Agropecuária	SIF 4086	100%
Raimundo Viana Pacífico	Ag. Ativ. Agrop.	Téc. Agropecuária	SIF 4086	100%
Verônica de Oliveira Soares	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 4086	100%
Joelma Sussuarana da Costa	Sec. SIF Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 4086	100%
Marcos Antônio da Silva Oliveira	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 4086	100%
Maria Elisângela Dias de Lima	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 4086	100%
Nilson Paiva Guabiraba	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 4086	100%
Ajaciél da Silva Morais	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 4086	100%
Hanes Inocência Simão	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 4086	100%
Raimundo Delcemir Arruda da Silva	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 4086	100%
Wellington Oliveira de Barros	Aux. Insp. Art 102	Aux. Insp. Art 102	SIF 4086	100%

a) Dados gerais da Ação / Plano Interno

Plano Interno/Ação Código 8939	Inspecção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL 2:
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspecção, fiscalização, registro, credenciamento, Monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas, celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspecção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	81741 - Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/DT/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Graciane G. Magalhães de Castro
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Hiromi Suzana Y. S. Sant’Anna
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Paulo Roberto Alves Silva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 8.918 de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 6.871, de 04/06/2009, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a produção e a fiscalização de bebidas; Lei nº 7.678 de 1988, regulamentada pelo Decreto nº 99.066 de 1990, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

a.1) **Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação**

PRODUTO DA AÇÃO 8939 / 2009	und	meta	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	T O T A L
Estabelecimento produtor		Prog	0	0	3	3	3	4	4	4	4	3	3	3	34
Inspeccionado		Real	1	1	1	5	3	3	6	2	5	6	4	2	39
				deverá ser programada					deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes						

a.2) **Execução das Metas Financeiras.**

Execução Financeira / IPVEGETAL2				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	5.951,66	5.951,66	5.388,38	90,54
339030	1.100,00	1.100,00	300,00	27,27
339033	4.200,00	4.200,00	3.117,28	74,22
339036	-	-	-	-
339039	3.300,00	3.300,00	300,00	9,09
449052	8.500,00	8.500,00	8.500,00	100

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

a.3) **Ações não programadas e executadas**

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado
Treinamento em fiscalização de bebidas	Un	01
Estabelecimento comercial Fiscalizado	Un	01
Reunião com equipe técnica	Un	06
Análise e parecer de processos Registro de Estabelecimentos	Un	04
Análise e parecer de processos de alteração e renovação de produtos	Un	27
Análise e parecer de processos de Registro de Produtos	Un	85
Registro de Produtos – bebidas	Nº de Registro	52
Registro de Estabelecimento	Nº de Registro	04
Vistoria com fins de registro de estabelecimentos	Un	08
Nº de Colheita de amostras de bebidas	Un	22
Nº de Expedição de Auto de Infração	Auto	09
Nº de Expedição de Intimação	Auto	04
Conclusão de Atos Administrativos	Processos	05
Produto Apreendido	Litro / Kg	3.390,65 litros / 347,4 kg
Nº de Fechamento de estabelecimento	Un	04
Nº de Liberação de estabelecimento	Un	02
Nº de apreensões	Nº Termo apreendido	06
Nº de Inutilização	Nº Termo inutilizado	01

Nº de Advertência	Un	04
Nº de multas aplicadas	Un	03
Valor de multas aplicadas	Reais	88.000
Nº de Rótulos apreendidos	Un	26.204

a.4) **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

A meta proposta para o ano de 2009 no SIPLAN, para o PI IPVEGETAL2, foi cumprida a contento, que é “Estabelecimento Inspeccionado”.

As demais ações para este PI não estavam programadas no SIPLAN. Algumas dificuldades foram encontradas na realização das atividades pertinentes a área da bebida, dentre elas citamos a alteração da legislação, a qual tivemos que nos atualizar/adequar, e também na questão do envio de amostras para análise fiscal, principalmente quando o produto tratou-se de polpa. Por duas ocasiões, amostras de polpas de frutas, chegaram ao laboratório (LANAGRO/PA), sem condições de análise, uma vez que o envio foi via correio, na modalidade SEDEX.

Uma atividade constante e que leva tempo considerável é o atendimento ao público. Muitas vezes, os clientes vêm ao SIPAG para esclarecer dúvidas quanto ao registro de estabelecimento e/ou registro de produtos, e temos que assessorá-los. Muitas vezes fazemos o papel do responsável técnico.

a.5) **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Serão necessários mais treinamentos em serviço e específicos de formação do Fiscal Federal Agropecuário, quer seja na parte da fiscalização, quer seja na parte da relatoria de processos administrativos.

a.6) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário / Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas

a.7.) **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.**

Índice de Fiscalização: Eficácia- Número de fiscalizações executadas / Número de Fiscalizações programadas.

Fórmula de cálculo : $39 / 34 * 100 = 114,71$ (14,71% a mais de fiscalizações executadas)

Responsável pelo cálculo/medição: Hiromi Suzana Y. S. Sant'Anna

a.8) **Comparativo das principais Metas Físicas da Área de Bebidas.**

Metas Físicas	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Inspeção/fiscalização do comércio	Estabelecimento	22	27	39

a.9) **Comparativo das principais Metas Financeiras da Área de Bebidas.**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014	2.753,24	4.119,30	5.951,66	1.402,96	3.196,01	5.388,38
339030	1.600,00	300,00	1.100,00	1.000,00	299,00	300,00
339033	6.000,00	8.000,00	4.200,00	6.000,00	3.200,00	3.117,28
339036	-	-	-	-	-	-
339039	1.500,00	300,00	3.300,00	0	300,00	300,00
449052	-	-	8.500,00	-	-	8.500,00

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b) **Dados gerais da Ação**

Plano Interno/Ação Código 8938	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - INSPANIMAL 3.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição.	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA Coordenação-Geral de Inspeção – CGI Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal / DIPOA .
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/DT/SFA-AC.

Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Marcus Ribeiro de Freitas.
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Hiromi Suzana Y. S. Sant’Anna
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Pedro Henrique Salgado Bueno (até outubro/2009)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998.

a.1) **Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação**

PRODUTO DA AÇÃO 8939 / 2009	unid	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Estabelecimento Inspeccionado	Serv.	Prog.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
		Real.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3

a.2) **Atividades não programadas no SIPLAN e executadas**

Treinamento em inspeção higiênico-sanitária e industrial.	Serv.	Prog.				1				2			3	1	7
		Real.				1				2			3	1	7
Reunião com equipe interna	Nº	Prog.		1							1				2
		Real.		1							1				2
Treinamento na área Gestão	Serv.	Prog.						1							1
		Real.						1							1
Colheita de água de Abastecim.industrial)	Amostra	Prog.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	36
		Real.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	33
Colheita de produtos (carne e derivados)	Amostra	Prog.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	36
		Real.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	36
Supervisão Estab.carne derivados (mercado int. e ext.)	Super v.	Prog.		1		1		1		1		1		1	6
		Real.		1		1		1		1		1		1	6
Análise de processos de Registro de Produtos de origem animal.	Análise		6	2	7	11	4	5	2	4	6	2	8	0	57
Pedidos de serviços e materiais	nº	Real.		1			1		1		1		1	1	6
Número de julgamentos de 1ª instância	Julgg am.	Real.	1	1			12	4	7	3	2	1	2	1	34
Número de multas aplicadas	nº	Real.				4	1	1	1		3	1	1	1	13
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
				deverá ser programada				deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes							

a.3.) **Ações não programadas e executadas**

Inspeção do abate de animais no açougue, pescado, mel, ovos e dos produtos derivados		
Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Bovinos (macho/fêmea)	Cabeça	283.343
Carne de bovino resfriada/congelada (com/sem osso)	quilograma	57.310.806

Comercialização de produtos de origem animal / nacional		
Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Bovinos (macho/fêmea)	Cabeça	283.343
Carne de bovino resfriada/congelada (com/sem osso)	quilograma	63.858.522

Comercialização de produtos de origem animal / Exportação		
Discriminação	Unidade de Medida	quantidade
Carne de bovino resfriada/congelada (com/sem osso)	quilograma	298.452

Número de Estabelecimentos sob inspeção federal localizados no Estado do Acre	
Categoria (carne e derivados)	quantidade
Matadouro frigorífico	03

a.4) **Metas Financeiras: Resultados da aplicação no exercício**

Execução Financeira/ INSPANIMAL3				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	19.076,52	19.076,52	18.003,99	94,38
339030	1.750,00	1.750,00	1.122,00	64,11
339033	18.580,00	18.580,00	15.135,39	81,46
339036	1.240,00	1.240,00	1.806,46 ^{OBS}	
339039	7.320,00	7.320,00	7.320,00	100
449052	142.200,00	142.200,00	123.945,00	87,16

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

OBS: No dia 12/08/2009 foi feita mudança da natureza da despesa: retirou-se R\$ 566,46 da natureza 339030 e colocou-se na natureza 339036.

a.5) Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

A ação prevista no SIPLAN para o PI INSPANIMAL3 é “Estabelecimento Inspeccionado”. No Estado do Acre temos 3 estabelecimentos que tem inspeção federal permanente. Esses estabelecimentos são matadouros frigoríficos bovino. E cada um deles conta com um Fiscal Federal Agropecuário médico veterinário e um Encarregado médico veterinário oriundo de Cooperação Técnica com o governo do Estado do Acre. A partir de outubro de 2009 ficamos com 3 FFAs dos 4 que tínhamos. Um deles, que estava lotado na sede, foi removido temporariamente ex-ofício para a Sede do MAPA (em Brasília). Em 2009, contamos com 8 servidores do MAPA atuando como Agentes de Atividades Agropecuárias, denominados de Agentes de Inspeção, dentro dos SIFs (serviços de inspeção federal), 11 Agentes de Inspeção oriundos do acordo de cooperação técnica (que chamamos de conveniados) e 31 agentes do Art. 102 do RIISPOA, que são agentes que atuam sob a responsabilidade do SIF, mas que são contratados pelas empresas.

a.6.) Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:

Treinamentos foram realizados tanto para os servidores do MAPA, quanto para os demais para capacitação e atualização de conhecimentos dentro das atividades de um SIF.

a.7) Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário / Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

a.8) Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno (eficácia, eficiência ou de efetividade).

Indicador de produtividade – Eficiência (inspeção no abate de bovinos)

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ total de bovinos inspeccionados/abatidos}}{\text{n}^\circ \text{ de FFA}} = \frac{57.310.806}{03} = 19.103.602$

Responsável pelo cálculo/medição: Hiromi Suzana Y. S. Sant'Anna

a.9) Comparativo do Número de Estabelecimentos sob inspeção federal localizados no Estado do Acre.

Metas Físicas	Unid. de Medida	2007	2008	2009
Aves	cabeça	-	-	-
Bovinos (macho/fêmea)	Cabeça	294.572	274.711	283.343
Suínos	Cabeça	-	-	-
Carne de bovino resfriada/ congelada (com/sem osso)	quilograma	75.592.889	206.477.180	57.310.806

a.10) **Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação INSPANIMAL**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014	1.500,00	17.203,50	20.626,52	1.483,50	15.784,53	18.003,99
339030	1.438,00	1.000,00	1.750,00	562,00	1.000,00	1.122,00
339033	-	14.414,04	18.580,00	-	14.414,04	15.135,39
339036	-	-	1.240,00	-	-	1.806,46
339039	-	600,00	7.320,00	-	600,00	7.320,00
449052	-	450,00	142.200,00	-	0	123.945,00

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b) **Dados gerais da Ação**

Plano Interno/Ação Código 4746	Padronização e Classificação de Produtos Vegetais – PADCLASSIF.
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, para certificação da identidade, qualidade e; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	81742 – Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – SIPAG/DT/SFA-AC.
Coord. de Ação Nacional	Fernando Guido Penariol.
Coord. da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Hiromi Suzana Y. S. Sant’Anna
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Marcelo Yuji Inoue
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 6.268, de 22/11/2007 que regulamenta a Lei no 9.972, de 25/05/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

b.1) **Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação**

PRODUTO DA AÇÃO 4746/ 2009	unid	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Produto Fiscalizado	Ton	Prog.	0	0	0	0	2	5	5	5	2	2	2	5	28
		Real.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

b.2) **Ações não programadas e executadas**

Produto	Unidade De Medida	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Coleta de amostras fiscais	Amostra										1	2		3
Auto de coleta de amostras.	Auto de coleta										1	2		3
Termo de fiscalização lavrado.	Termo de fisc.		1								1	2		3
Intimação expedida	Intima.										1	2		3

b.3) **Metas Financeiras: Resultados da aplicação no exercício**

Execução Financeira/ INSPANIMAL				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	2.685,00	2.685,00	2.283,59	85,05
339033	5.400,00	5.400,00	4.225,68	78,25
449052	50.000,00	50.000,00	49.311,05	98,62

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b.4) **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

Para o PI PADCLASSIF não houve a execução das atividades programadas no SIPLAN. Um dos fatores causadores desta não execução foi a não implementação ainda do laboratório da classificação. Outra dificuldade que tivemos foi que, os classificadores existentes na SFA/AC não estão atualizados quanto aos procedimentos de classificação dos produtos (arroz, feijão, etc).

Realizamos atividades de coleta de óleo de soja, que faz parte de um programa nacional de controle de qualidade, onde as amostras foram encaminhadas ao LANAGRO/GO para sua análise. E também atuamos junto às empresas de beneficiamento de castanha, onde fazemos a coleta de amostras para análise para exportação.

Participamos em 2009 de ações conjuntas com o VIGIAGRO/AC na certificação de produtos importados do Peru, pela cidade de Cruzeiro do Sul.

b.5) Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:

Estão sendo adquiridos esse ano (2010), com recursos de 2009, os equipamentos para a implementação do laboratório de classificação. Estamos aguardando os treinamentos em classificação de produtos de origem vegetal programados pela Coordenação de Qualidade Vegetal para iniciar as atividades no referido laboratório.

b.6) Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário / Coordenação Geral de Qualidade Vegetal.

b.7) Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno (eficácia, eficiência ou de efetividade).

Quantidade de produto fiscalizado / Quantidade de produto em conformidade

Fórmula de cálculo : $28 / 0 = 0$

Responsável pelo cálculo/medição: Hiromi Suzana Sant'anna.

Indicadores de Desempenho

- Número de estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário;
- Taxa de conformidade na produção de alimentos.

b.8) Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação PADCLASSIF

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014	7.380,00	5.803,58	2.685,00	5.380,00	5.585,96	2.283,59
339030	2.250,00	300,00	-	1.250,00	300,00	-
339033	8.500,00	8.263,00	5.400,00	4.073,25	6.763,00	4.225,68
339036	-	-	-	-	-	-
339039	360,00	2.000,00	-	0	2.000,00	-
449052	-	-	50.000,00	-	-	49.311,05

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

IV. Dados gerais do Programa 0357

Programa 0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária
Objetivos Específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às

	exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Gerente do Programa	INÁCIO AFONSO KROETZ
Gerente Executivo	Maçao Tadano
Analista CGPLAN	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ.	Augusto Jorge Simões e Silva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de fiscalizações realizadas
Público alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

a) **Dados gerais da Ação / Plano Interno**

Plano Interno/Ação Código 2180	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – FISCPLANTA2
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação
Descrição.	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3635 - Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuário
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Augusto Jorge Simões e Silva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto nº 24.114, de 12/04/1934, e sua legislação complementar

Equipe de Execução					
Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO		Formação Acadêmica	Lotação	Tempo de Serviço	% do tempo na ação
Augusto Jorge Simões e Silva	FFA - Chefe de Serviço	Engº. Agrônomo	Vigiagro/DT-AC	6 anos	100%
Alexandre Maximiano	FFA	Médico Veterinário	Uvagro Epitaciolândia	2,5 anos	100%

Mariana da Silva Paula	FFA – Chefe da Uvagro	Engº. Agrônomo	Uvagro Epitaciolândia	2,5 anos	100%
João Lima de Freitas	Agente de Atividades Agropecuárias	Técnico Agrícola	Uvagro Epitaciolândia	4 anos	100%
Cinthia Rocha Franco	Estagiária	Ensino médio	Uvagro Epitaciolândia	1 ano	100%
Antonio Barbosa de Sousa	Chefe da Uvagro	Tecnólogo em Heveicultura	Uvagro Assis Brasil	3 anos	100%
Nelmo Franke	Conab	Ensino Médio	Uvagro Assis Brasil	3 anos	100%
Luzirene Almeida de Freitas	Estagiária	Ensino médio	Uvagro Assis Brasil	1 ano	100%
Equivalente-técnicos em tempo integral - calculado					100%

a.1) **Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação. UVAGRO Epitaciolândia.**

Produto realizado 2180/ 2009	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Fiscalização realizada	15	27	48	35	23	27	31	13	17	12	15	15	278

UVAGRO Assis Brasil.

Produto Da Ação 2180/ 2009	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Fiscalização realizada	02	01	02	01	01	02	03	06	06	0	0	0	24

a.2.) **Execução das Metas Financeiras**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	13.598,00	6.824,82	
339030	11.000,00	10.926,00	
339033	12.902,00	9.402,00	
339036	8.000,00	0	
339039	10.500,00	10.500,00	
449052	0	0	
339037	8.000,00	8.000,00	
	64.000,00	45.652,82	71,33

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

a.3) **Ações não programadas e executadas**

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado
1. Cadastro de Estabelecimentos	Cadastro	01
2. Produto Apreendido na Uvagro Assis Brasil: Milho, Batata, Banana, Cebola, Limão, Pimenta, Quinoa, Condimentos, Uva, Fava, Mudanças de eucalipto, Maçã, Lentilha, Feijão, Pimentão, Alho, Coentro, Tangerina,	Kg	333,8

Tomate, Salsa, Azeitona preta, Amendoin, Farinha de Quinoa, Castanha do Pará, Gengibre, Melão, Pêra, Maracujá, Pêssego, Inhame, Abacate, Manga, Araçá, Cevada, Alpiste		
3. Produto Apreendido na Uvagro Epitaciolândia: Alho, amendoim, batata, banana, cebola, cenoura, laranja, maçã, mandioca, maxixe, nabo, pêssego, pimenta, plantas medicinais, uva, vagem.	Kg	219,5

a.4.) **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional tem uma Coordenação Geral no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com representação regimental nas Unidades da Federação através dos Serviços de Gestão do Vigiagro, localizada em Rio Branco, na Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária e dispõe de duas Unidades de Vigilância Agropecuária denominadas de UVAGROS, localizadas em Assis Brasil e Epitaciolândia, funcionam em ambientes cujas alfândegas estão sob a responsabilidade da Receita Federal do Brasil.

As importações e exportações de produtos de origem animal e vegetal dependem da estabilidade econômica, taxa de câmbio, impostos, etc. No âmbito do agronegócio o principal comércio internacional realizado na Uvagro Epitaciolândia é a exportação de produtos de origem vegetal para Cobija na Bolívia, tais como: castanha do Brasil, óleo de soja, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, açúcar, arroz, etc.

A Uvagro Epitaciolândia possui em seu quadro funcional um Fiscal Federal Agropecuário Engenheiro Agrônomo, um Fiscal Federal Agropecuário Médico Veterinário, um Técnico de nível médio Agente de Atividades Agropecuária, um estagiário que atendem as demandas apresentadas.

Na Uvagro Assis Brasil, as demandas solicitadas pelos usuários do Sistema Vigiagro são atendidas pelos Fiscais Federais Agropecuários lotados em Epitaciolândia onde os principais produtos de exportação são: Castanha do Brasil, milho, etc.

a.5) **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso.**

Ao se analisar o trabalho realizado pela Vigilância Agropecuária Internacional no Estado do Acre temos que levar em consideração a cidade de Cobija que está localizada no Departamento de Pando na Bolívia, que faz fronteira com Epitaciolândia e Brasiléia no Estado do Acre.

Essa cidade boliviana por se localizar muito distante dos centros comerciais da Bolívia mantém um comércio muito forte com o Brasil. Os principais produtos de origem vegetal comercializados de acordo com as normas internacionais de fitossanidade são castanha do Brasil, óleo de soja, refrigerantes, bebidas fermentadas, bebidas destiladas, arroz, açúcar e outros produtos.

Os atendimentos de exportação e importação pelas Unidades do Vigiagro são realizados através de demandas dos usuários, cujo sucesso de nossa atividade reside na estabilidade econômica mundial e principalmente na estabilidade entre os dois países.

a.6) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

As medidas para sanar as adversidades apresentadas no decorrer do percurso dependem em sua maioria de gestões junto à Coordenação Geral do Vigiagro, localizada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Responsáveis:

- Coordenação geral
- Chefe de Gestão
- Chefes de Unidades

a.7) **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.**

(eficácia, eficiência ou de efetividade).

O indicador estabelecido pela Coordenação Geral do Vigiagro é a partida inspecionada. O índice de desempenho é medido em função do número de demandas apresentadas considerando o total de horas trabalhadas durante o período de um ano por cada servidor.

Fórmula de cálculo:

Responsável pelo informação: Augusto Jorge Simões e Silva.

a.8.) **Comparativo das principais Metas Físicas**

Metas Físicas	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Fiscalização realizada	Fiscalização	197	331	303

a.9.) **Comparativo das principais Metas Financeiras**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014			13.598,00			6.824,82
339030			11.000,00			10.926,00
339033			12.902,00			9.402,00
339036			8.000,00			0,00
339039			10.500,00			10.500,00
339037			8.000,00			8.000,00
			64.000,00			45.652,82

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b) **Dados gerais da Ação**

Plano Interno/Ação Código 2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de

	doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição.	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3635 - Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuário
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Augusto Jorge Simões e Silva
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto 24.645 de 1934; Decreto 38.983 de 1956.

b.1) Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.

UVAGRO EPitaciolândia

Produto da Ação 2181/2009	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Fiscalização realizada	01												01

UVAGRO Assis Brasil

Produto Da Ação 2181/2009	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Fiscalização realizada													0

b.2) Ações não programadas e executadas

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado
Produto Apreendido Assis Brasil Origem animal Filé de cavala, Atum, Pescado salgado, Mel de abelha, Carne de Frango, Carne seca, Queijo caseiro	Kg	32

Produto Apreendido Uvagro Epitaciolândia Origem animal Intestino bovino seco em ação conjunta com a Polícia Federal.	Kg	2,0
Fiscalização de convênio(IDAF)	Unidade	01
5. Supervisão SEDESA	Unidades Locais	15
6. Visita Monitoramento Febre Aftosa - IDAF	Unidade	09
7. Visita Acompanhamento em Propriedades Projeto Balde Cheio.	Visita	14
5. Força tarefa no SVA-SANTOS <ul style="list-style-type: none"> • de 18/01/09 A 20/02/09; • de 16/08/09 A 22/08/09; • de 22/11/09 A 05/12/09) 	Unidade	

b.3) Execução financeira.

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	10.750,00	7.914,01	
339030	2.100,00	2.100,00	
339033	4.100,00	3.604,62	
339039	4.200,00	4.199,00	
339037	12.100,00	12.100,00	
	33.250,00	29.917,63	89,97

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b.4) Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

Em Assis Brasil cidade fronteira com Iñapari no Peru existe uma Unidade alfandegária onde se faz presente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através de sua Uvagro.

O comércio internacional de produtos agropecuários com o vizinho país Peru ainda é insignificativo. As perspectivas de incremento dessa atividade dependem da conclusão da rodovia que permitirá a ligação do Brasil via Assis Brasil até o oceano Pacífico.

b.5) Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:

Os atendimentos de exportação e importação pelas Unidades do Vigiaagro são realizados através de demandas dos usuários, cujo sucesso de nossa atividade reside na estabilidade econômica mundial e principalmente na estabilidade entre os dois países.

b.6) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

As medidas para sanar as adversidades apresentadas no decorrer do percurso dependem em sua maioria de gestões junto à Coordenação Geral do Vigiagro, localizada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Responsáveis:

- Coordenação Geral
- Chefe de Gestão
- Chefes de Unidades

b.7) **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.**

O indicador estabelecido pela Coordenação Geral do Vigiagro é a partida inspecionada.

O índice de desempenho é medido em função do número de demandas apresentadas considerando o total de horas trabalhadas durante o período de um ano por cada servidor.

Responsável pela informação: Augusto Jorge Simões e Silva.

V - PROGRAMA 1426 - Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade.

PROGRAMA 1426	Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade.
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Objetivos Específicos	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Gerente do Programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente Executivo	João de Deus Medeiros
Analista CGPLAN	Vera Lúcia Gregue Moro
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de produtores capacitados Número de palestras realizadas Número de reuniões realizadas
Público alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

Equipe de Execução					
Nome dos Integrantes do SEPDAG.		Formação Acadêmica	Lotação	Tempo de Serviço	% do tempo na ação
Maria do Carmo O.B. Aguiar	SEAP	Eng ^a . Agrônoma	SEPDAG/DT/SFA-AC	11	100%
Maria Rosângela Barboza	SEAP	Eng ^a . Agrônoma	SEPDAG/DT/SFA-AC	11	100%

José Caetano da Luz	CONAB	Administração	SEPDAG/DT/SFA-AC	5	100%
Gregory Santiago de Souza	DT/SFA-AC	Eng ^o . Agrônomo	DT/SFA-AC	1	100%
Izaías de Carvalho Filho	DT/SFA-AC	Eng ^o . Agrônomo	DT/SFA-AC	6	20%

a.) **Dados gerais do Plano Interno/Ação.**

Plano Interno/Ação Código 8606	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - DESENORG
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada ao seu empreendimento.
Descrição	Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas Comissões da Produção Orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter início assim que o sistema de certificação esteja implantado.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SEPDAG/DT/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Rogério Pereira Dias
Coordenador da Ação Estadual – CAE	Izaías de Carvalho Filho
Coordenador Executivo da Ação Estadual – CEAE	Gregory Santiago de Souza
Responsável Técnico pela Ação/PI	Gregory Santiago de Souza
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 07 de maio de 1999

a.1) **Execução das Metas Físicas Programadas.**

PRODUTO DA AÇÃO 8606 / 2009	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Atendimento ao público externo que nos procurou para maiores esclarecimentos sobre agricultura orgânica	Prog.		8	8	08	05	05	10	10	10	10	10	5	89
	Realiz.	7	3	3	6	4		10	5	5	5	7	6	66

Reunião da comissão da produção orgânica do Estado do acre (CPOrg-AC)	Prog.	1											1
	Realiz.		1		1					1	1		4
Reunião na Feira de Produtos Orgânicos, Artesanais e Florestais do Estado do Acre.	Prog.												
	Realiz.		1			1							2
Reunião na Secretaria Municipal de Agricultura do município de Xapuri-AC.	Prog.											1	1
	Realiz.											1	1
Reunião na Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF do município de Plácido de Castro-AC	Prog.											1	1
	Realiz.											1	1
Reunião: SERAE, Embrapa, ACS Amazônia,	Prog.				1								1
	Realiz.				1	1		1					3
Reunião na Secretaria municipal de Agricultura de Acrelândia-AC, Porto Acre, Brasília, Epitaciolândia,	Prog.			01									4
	Realiz.			01									4
Videoconferência sobre a Nova Legislação da Agricultura orgânica no SEBRAE-AC	Prog.												
	Realiz.										1		1
	Realiz.				1								1
Curso de Horticultura, em Acrelândia/AC, Brasília, Xapuri, Porto Acre,	Prog.										2		2
	Realiz.												
	Realiz.							01					01
Visita técnica aos produtores dos quintais Florestais do município de Sena Madureira-AC, Brasília, Xapuri, Porto Acre, Rio Branco, Humaitá, Projeto RECA.	Prog.					01							01
	Realiz.			01	02		01			01		02	07
Visita técnica aos Produtores da comunidade Vila Verde, Wilson Pinheiro, Humaitá, Rio Branco, Plácido de Castro, RECA, PA Benfica Rio Branco, Pólo Geraldo Fleming.	Prog.		1						01				01
	Realiz.	1	2			1	3		01				01
Acompanhamento do Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes nas Comunidades: Barro Alto (Assoc. Fé em Deus e Assoc. Bom Jesus da Água Preta), PA Moreno Maia, Centro de oração Desaperta Acre, Assoc. dos Produtores rurais São José e Assoc. de moradores e Produtores do ramal Boa União PA Tocantins, município de porto Acre-AC.	Prog.							01	01				02
	Realiz.				2	2		01	01	2		1	09
Visita técnica técnica no Armazém da CAGEACRE, Rio Branco-AC	Realiz.	1											1
Acompanhar técnicos e produtores Rurais do Estado do Amazonas a Feira de Produtos Orgânicos, Rio Branco-AC	Real.										01		01
	Real	01				4	03						07

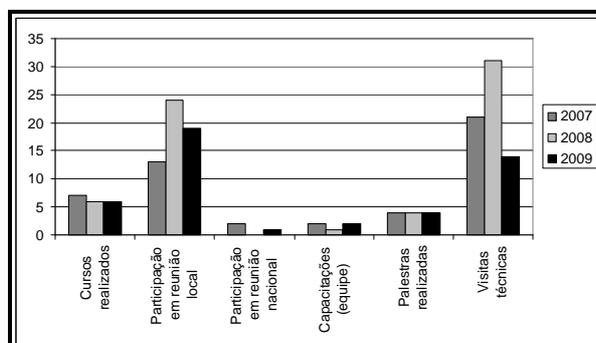
Nogueira, Associação de Produtores rurais Sonho Meu PA Caquetá e Escola Império das Crianças.														
Entrega de sementes do programa Banco Comunitário de Sementes de adubos Verdes no Grupo de Produtores Orgânicos do pólo Agroflorestal Wilson Pinheiro, rio Branco-AC	Prog												01	01
	Real												01	01
Teste de Germinação com Semente de feijão Guandu e sementes mucuna preta destinada ao programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes	Real												01	01
Manutenção e transplântio de Adubos Verdes na área demonstrativa referente ao Banco Comunitário de sementes de adubos verdes no Parque de Exposição, rio Branco-AC.	Real												01	01
Preparo da área a ser destinado ao plantio demonstrativo de adubos Verdes	Real												01	01
Distribuição de Cartilha (olho do consumidor) para escola: Maria Angélica, Zuleide Pereira e Mauricília Santana, Rio Branco-AC	Real													03
Organização e execução da V Semana dos alimentos Orgânicos, rio Branco-AC	Prog												01	01
	Real.												01	01
Entrega de Sementes de Feijão Guandu no Armazém da CAGEACRE, Rio Branco-AC	Prog													
	Real.		01											01
Participação dos técnicos do SEPDAG em oficina para Aplicação do MAPA Aprendizagem.	Prog												01	01
	Real.												01	01
Participação da 2ª reunião técnica do Programa Banco comunitário de adubos Verdes, em Lagoa Santa/MG	Prog.												01	01

a.2) Comparativo das principais Metas Físicas PI DESENORG

Metas Físicas	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Cursos realizados	Número de cursos	07	06	06
Participação em reunião local	Número de reuniões	13	24	19
Participação em reunião nacional	Número de participações	02	-	01
Capacitações (equipe)	Número de técnicos capacitados	02	01	02
Palestras realizadas	Número de palestras	04	04	04
Visitas técnicas	Número de vistas	21	31	14
Capacitações em Agricultura Orgânica	Número de pessoas beneficiadas	994	933	177
Semana dos Alimentos	Número de pessoas	1.300	1.300	3.000

Orgânicos	beneficiadas: produtores, estudantes, escolas e outros.			
Programa Banco Comunitária de Sementes de adubos Verdes	Numero de Produtores beneficiados com o Programa.	-	161	12
Feira Agropecuária	Número de pessoas Beneficiadas	-	1.415	801

Gráfico 1. Comparativo das atividades realizadas em 2007, 2008 e 2009



a.3) Execução das Metas Financeiras PI DESENG

Execução Financeira /DESENG				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	8.971,33	10.382,76	10.382,76	100
339030	5.800,00	1.266,50	1.266,50	100
339033	4.126,00	3.553,12	3.553,12	100
339036	1.256,00	1.252,00	1.252,00	100
339039	5.000,00	3.650,00	3.650,00	100

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

a.4) Ações não programadas e executadas

Discriminação	Unid. de Medida	Realizado
Atendimento ao público	Nº de atendimentos	07
Participação dos técnicos em reuniões	Nº de reuniões	14
Visitas técnicas.	Nº de visitas	09
Palestra sobre Agricultura Orgânica	Nº de palestras	05
Realização de teste de semente de feijão guandu e semente de mucuna preta destinada ao Programa Banco Comunitária de Sementes de adubos Verdes.	Nº de testes	01
Preparo da área a ser destinado ao plantio demonstrativo de adubos verdes.	Nº de preparos	01
Manutenção e transplante de adubos Verdes na	Nº de operações de	01

área demonstrativa referente ao Programa Banco Comunitária de Sementes de adubos Verdes no Parque de Exposição, Rio Branco-AC	transplântio	
Distribuição de Cartilha (olho do consumidor) para escolas	Nº de escolas	03
Entrega de Sementes de Feijão Guandu no Armazém da CAGEACRE, Rio Branco	Nº de realizações	01
Participação dos técnicos do SEPDAG no encontra entre mulheres Agricultoras no Projeto Reca/Ro	Nº de participações	02
Capacitações dos técnicos do SEPDAG.	Nº de capacitações	04

a.5) **Comparativo das principais Metas Financeiras PI DESEENORG**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF**			Executado pelo CAE*		
	2007***	2008	2009	2007***	2008	2009
339014		5.415,00	10.382,76		4.550,00	10.382,76
339030		7.500,00	1.266,50		2.789,27	1.266,50
339033			3.553,12			3.553,12
339036		927,72	1.252,00		463,86	1.252,00
339039		14.500,00	3.650,00		8433,00	3.650,00
449052						

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

(***) PI Inexistente na época.

Índice de indivíduos beneficiados. – Eficácia.

Programado: 1.029 indivíduos beneficiados

Realizado: 1.172 indivíduos beneficiados

Fórmula para cálculo de eficácia:

$$(\text{Realizado} / \text{Programado}) \times 100 = \mathbf{113,90 \%}$$

Responsável pelo cálculo: Gregory Santiago de Souza.

a.6) **Avaliação descritiva dos resultados**

Avaliando os resultados das ações, com relação ao objetivo maior que é fomentar a agricultura orgânica no Estado do Acre, podemos entender como altamente positivos. Nossas metas foram alcançadas e a demanda atendida, podendo ainda atingir níveis mais altos de satisfação do público alvo através de treinamentos voltados para a equipe do SEPDAG.

a.7) **Descrição das medidas a implementar:**

Organização de capacitações para a equipe do SEPDAAG bem como às equipes de instituições parceiras que atuem nas áreas de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

a.8) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas**
SEPDAAG/DT/SFA-AC

b) **Dados gerais da Ação / Plano Interno - CERTORGAN 1**

Plano Interno/Ação Código 4720	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - CERTORGAN 1
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada ao seu empreendimento.
Descrição.	Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados: o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito da Ministério da Agricultura, tais como alimentos, bebidas e insumos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos. Em paralelo à regulamentação e implementação das ações para a certificação e fiscalização da produção orgânica deverão estar sendo desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias que venham a melhorar a capacidade produtiva e a qualidade e diversidade de produtos em conformidade com os padrões de produto orgânico para que possam ser certificados. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter início assim que o sistema de certificação esteja implantado.
Unidade Responsável	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SEPDAAG/DT/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Rogério Pereira Dias
Coordenador da Ação Estadual – CAE	Izaías de Carvalho Filho
Coordenador	Gregory Santiago de Souza

Executivo da Ação Estadual-CEAE	
Responsável Técnico pela Ação/PI	Gregory Santiago de Souza
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 07 de maio de 1999

b.1) Execução das Metas Físicas PI CERTORGAN

PRODUTO DA AÇÃO 4720 / 2009	unid	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Participação dos técnicos do SEPDAAG na 3ª etapa do 1º Curso de Aplicação dos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – região Norte/AM	Nº	Prog.						05							05
		Realiz.						05							05
Representar o SPDAG/DT/SFA-AC, durante o I Seminário Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo, em Brasília no dia 10.12.2009. (Passagem aérea)		Prog.													
		Realiz.												01	01

b.2) Execução das Metas Financeiras PI CERTORGAN

Execução Financeira / CERTORGAN				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	5.250,00	4.531,28	4.531,28	100
339033	7.400,00	6.553,62	6.553,62	100

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b.3) Avaliação descritiva dos resultados

As novas normas referentes à aplicação dos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica vêm sendo tratadas durante as Reuniões da Comissão da Produção Orgânica CPOrg/AC. Porém para que os representantes desta Comissão, responsáveis pela promoção do segmento, possam estar bem preparados para atuarem na Garantia da Qualidade Orgânica, se faz necessário a realização de Oficinas voltadas para um melhor entendimento do papel da CPOrg neste processo.

b.4) Descrição das medidas a implementar:

Organização de Oficinas para os membros da CPOrg/AC voltadas ao esclarecimento das novas normas referentes aos Mecanismos de Controle da Qualidade Orgânica e da Certificação da Produção Orgânica no estado do Acre.

b.5) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas**

SEPDAG/DT/SFA-AC

VI - Dados gerais do Programa - Programa 0393.

Programa 0393	Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual – DESENGORG.
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
Objetivos Específicos	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	
Analista CGPLAN	Vera Lúcia Gregue Moro
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de reuniões técnicas realizadas Número de reuniões técnicas presenciadas Número de técnicos capacitados
Público alvo	produtores de farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul e Região, e técnicos de instituições que atuam no segmento

a) **Dados gerais do Plano Interno – Ação.**

Plano Interno/Ação Código 2B47	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – 2B47 – INDIGRAF.
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição.	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de cursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos

	agropecuários; Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3994 - Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG/DEPTA/SDC/MAPA)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SEPDAG/DT/SFA-AC
Coordenadora de Ação Nacional – CAN.	Bivanilda de Almeida Tápias.
Coordenadora Executiva de Ação Nacional – CEAN.	Patrícia Saraiva
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 9.279/96, Decreto nº 5.351/05; Portaria MAPA nº 85/05, IN MAPA nº 1.305, IN MAPA nº 22/05, Decreto nº 5.741/06, artigo 45º da Lei nº 8.171/91 (Lei Agrícola), Resolução INPI nº 75, de 28/11/2000.

a.1) **Metas físicas do PI INDIGRAF**

PRODUTO DA AÇÃO 8939 / 2009	unid	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Participação em Reunião Técnica Florianópolis/SC	Nº	Prog.		1						1					2
		Realiz.		1							1			1	3
Participação em Reunião Técnica Nacional	Nº	Prog.				1									1
		Realiz.				1									1
Participação de Curso sobre Propriedade Intelectual	Nº	Prog.													1
		Realiz.							1	1	1	1	1		1
Termo de Cooperação Técnica SDC / Embrapa-AC	Nº	Prog.										1			1
		Realiz.										1			1

a.2) **Execução das Metas Financeiras PI INDIGRAF.**

Execução Financeira /INDIGRAF				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado	Índice de execução (%)
339030		R\$ 50,00		-

a.3) **Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação INDIGRAF.**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
339014		4.663,68		894,06	4.631,12	
339030			50,00			
339033		10.391,41		1460,04	2.000,00	
339039		1.000,00				

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

a.4) **Avaliação dos resultados**

Durante o ano de 2009, graças ao Termo de Cooperação Técnica firmado com a Embrapa/AC através da colaboração da equipe do laboratório de Tecnologia de Alimentos (Embrapa/AC), pudemos avançar em alguns aspectos referentes à delimitação geográfica da região de produção de farinha de mandioca no Vale do Juruá. Com a conclusão prevista para o mês de março de 2010, o levantamento da localização das casas de farinha na região de Cruzeiro do Sul vai viabilizar a elaboração de uma estratégia para as próximas ações referentes ao incentivo a esta Indicação Geográfica.

a.5) **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

⇒ Estimular os grupos de produtores de farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul e Região na criação de uma Confederação de Associações, ou entidade significativamente representativa dos produtores, para viabilizar a elaboração de documento para pedido de registro junto ao INPI. A criação de uma entidade representativa proporcionará também maior agilidade no planejamento e avaliação das ações de incentivo à IG;

⇒ Estabelecer uma parceria com a Universidade Federal do Acre, para a realização de um levantamento histórico e cultural referente à produção de farinha de mandioca em Cruzeiro do Sul e Região, dando continuidade ao trabalho iniciado pela equipe do Laboratório de Tecnologia de Alimentos da Embrapa; durante o levantamento histórico e cultural por parte da equipe da Embrapa foram encontradas dificuldades de acesso aos registros além daquelas relacionadas ao método de busca das informações;

Intensificar as ações da equipe do SEPDAG em Cruzeiro do Sul e Região, uma vez que as demais instituições locais (com exceção da Embrapa), não demonstram interesse pelas ações de incentivo à IG, o que dificulta o andamento das mesmas, uma vez que não temos uma unidade no Vale do Juruá.

a.6) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

SEPDAG/DT/SFA-AC.

VI – Dados gerais do Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

Programa 6003	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Objetivos Específicos	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos
Gerente do Programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente Executivo	Helinton José Rocha
Analista CGPLAN	Maria Socorra A. Ferreira Rodrigues / Maria José R. Oliveira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do	Número de contratos de repasses fiscalizados Número de convênios fiscalizados

programa.	Número de vistorias prévias realizadas
Público alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

a) **Dados gerais da Ação / Plano Interno.**

Plano Interno/Ação Código 8611	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição.	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI / SDC
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SEPDAG/DT/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Marcio Candido Alves
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Instrução Normativa/STN/MF 01, de 1997; Lei 11.439, de 2006; Decreto 5.35,1 de 2005.

a.1) **Metas físicas da Ação / PI APPRODUTOR.**

PRODUTO DA AÇÃO 8939 / 2009	unid	META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Acompanhamento “in loco” de Convênio número 702000/2008 Ramal Porto Carlos - Brasília	Nº de reuniões	Prog.							1				1	1	3
		Realiz.							1				1	1	3
Vistoria Prévia referente a proposta de Convênio número SICONV 027801/2009 – Sena Madureira	Nº de servidores	Prog.				1									1
		Realiz.				1									1

a.2) **Metas Financeiras executadas.**

Execução Financeira/ APPRODUTOR				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado	Índice de aplicação (%)
339014-14	-	1.401,90	375,29	26,77
339030-01	-	945,00	945,00	100
339030-16	-		320,50	
339033	-	1.800,00	-	-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

a.3) **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

As ações de acompanhamento “in loco” do convênio 7022000/2008 foram realizadas de acordo com o previsto em 2009. Algumas dificuldades apresentadas no decorrer do ano foram devido à não comunicação por parte da conveniente (Prefeitura Municipal de Brasília) sobre as alterações no cronograma de execução da obra, o que dificultou o agendamento das vistorias de acompanhamento por parte da equipe do SEPDAG.

a.4) **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Reforçar a informação aos órgãos convenientes sobre a necessidade de comunicar a equipe do SEPDAG sobre o cronograma de execução de obras referentes a convênios, bem como suas alterações no decorrer da vigência dos contratos

a.5) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

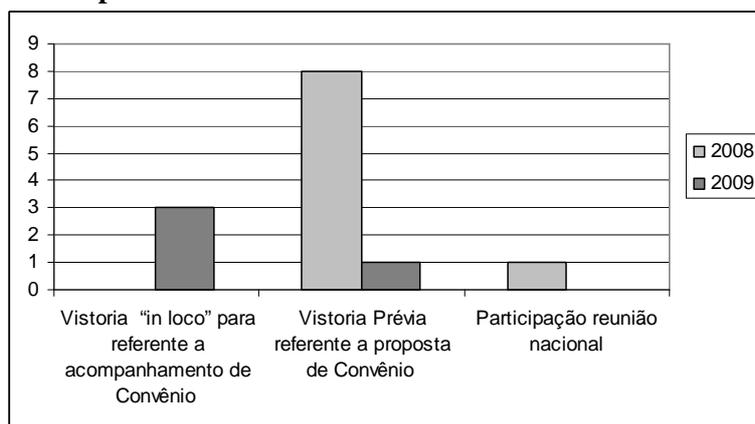
SEPDAG/DT/SFA-AC.

a.6) **Comparativo da execução das atividades do PI APPRODUTOR**

Metas Físicas/ Ações	Unidade de Medida	2007*	2008	2009
Vistoria “in loco” para referente a acompanhamento de Convênio	Número de vistorias			3
Vistoria Prévia referente a proposta de Convênio	Número de vistorias		8	1
Participação reunião nacional	Número de reuniões		1	

* PI/Ação iniciada em 2008.

Gráfico 2. Comparativo das atividades realizadas em 2008 e 2009



a.7) Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação APPRODUTOR

Natureza da Despesa	2008		2009	
	2008	2009	2008	2009
339014-14	1443,88	1.401,90	592,85	375,29
339014-14 0176013065			1.658,88	
339030-01	800,00	945,00	800,00	945,00
339030-16				320,50
339033-01	2.500,00	1.800,00	3.967,08	
339033-01 0176013065			4.200,00	

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b) Dados gerais da Ação/PI.

Plano Interno/Ação Código 2B17	Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição.	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Infra-Estrutura Rural – CIER / DIEL – DAS.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SEPDAG/DT/SFA-AC
Coordenador de Ação	Mauro Vaz de Mello

Nacional – CAN.	
Coordenador de Ação Estadual – CAE.	
Responsável Técnico pela Ação/PI.	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Portaria nº 367, de 31 de agosto de 2005; Acórdão TCU nº 2.285, de 2005 - Primeira Câmara; Instrução Normativa/STN nº 01, de 1997; Lei nº 8.666, de 1993.

b.1) Metas físicas da Ação / PI FISCONTRATO

Produto Da Ação 8939 / 2009	Unid	Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Vitorias “in loco” referente a Fiscalização Contrato de Repasse .	Nº. vistorias	Prog.													
		Real.						4	1				1	2	8

b.2) Metas Financeiras: Resultados da aplicação no exercício

Execução Financeira / FISCONTRATO				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado	Índice de aplicação (%)
339014		1.944,96	595,75	30,6
339030		1.375,00		-
339033		1.400,00	805,00	57,5
339036		708,00		-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

b.3) Avaliação dos resultados.

As atividades de Fiscalização de Contratos de Repasse em 2009 foram realizadas com êxito. Algumas dificuldades enfrentadas são devido ao não conhecimento das normas do PRODESA por parte dos técnicos das entidades proponentes, bem como aquelas decorrentes da implantação do Sistema de Convênios (SICONV).

b.4) Descrição das medidas a implementar:

Organização de Oficinas para as equipes técnicas de entidades proponentes e técnicos da SFA-AC, objetivando ampliar o conhecimento dos mesmos com relação às normas do PRODESA e os procedimentos de navegação e alimentação do Sistema de Convênios (SICONV).

b.5) Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas

SEPDAG/DT/SFA-AC.

b.6) **Comparativo da execução das atividades do PI FISCONTRATO**

Metas Físicas/ Ações	Unidade de Medida	2007	2008	2009
Vistoria "in loco" referente a Fiscalização de Contratos de Repasse .	Número de vitorias			8

(**) Ação iniciada em 2009

b.7) **Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação FISCONTRATO**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado CAE.*		
	2007**	2008**	2009	2007**	2008**	2009
339014			1.944,96			595,75
339030			1.375,00			
339033			1.400,00			805,00
339036			708,00			

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Ação iniciada em 2009.

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

VIII – Dados gerais do Programa 1442.

PROGRAMA 1442	Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Objetivos Específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente do Programa	Marco Antônio Portocarrero
Gerente Executivo	Helinton José Rocha
Analista CGPLAN	Pedro Correia Lima Neto
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	SEPDAG/DT/SFA-AC
Público alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

a) **Dados gerais da ação/Plano Interno.**

Plano Interno/Ação Código 8560	Fomento à Inovação no Agronegócio - INOVAGRO
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.

Descrição.	Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário;
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária – CAPTA / DEPTA / SDC
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SEPDAG/DT/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Marilena de Assunção F. Holanda
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 9.279/96 (Propriedade Industrial); Lei nº 9.456/97 (Lei de Proteção de Cultivares); Lei nº 9.609/98 (Propriedade Intelectual para programas de computador); Lei 9.610/98 (Direitos Autorais); Lei nº 10.973/04 (Lei da Inovação Tecnológica); Decreto nº 5.563/05 (Regulamentação da Lei de Inovação); Decreto nº 5.351/05 (Reestruturação do MAPA), Portaria Ministerial nº 85/06 (Regimento Interno da SDC/MAPA); Decreto Legislativo nº 70/06 (Internalização do Tratado Internacional sobre recursos genéticos para a agricultura e alimentação - FAO); Decreto nº 6.041/07 (Política de Desenvolvimento da Biotecnologia); Lei nº 11.105/05 (Biossegurança); MP 2.186-16/2001 (Acesso ao Patrimônio Genético). Acordo de Cooperação Técnica MAPA/INPI.

a.1) **Metas físicas da Ação / PI INOVAGRO – Projeto de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira Balde Cheio**

PRODUTO DA AÇÃO 8939 / 2009	unid	meta	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Reunião Técnica Realizada Projeto Balde Cheio	Nº de vistorias	Prog.													
		Real.	1	3	3	1		1	1	1	2	1			14
Treinamento / capacitação Projeto Balde Cheio	Nº técnicos capac.	Prog.													
		Real.	1									1		2	3
Visitas Técnicas Projeto Balde Cheio	Nº de visitas	Prog.													
		Real.		1	2		2		3	1	2	2	2	2	18
Palestra realizada Projeto Balde Cheio	Nº de Palestras	Prog.													
		Real.					1		1		1				3
Avaliação Técnica nas propriedades do Projeto Balde Cheio	Número de avaliações	Prog.													
		Realiz.						3							3
Participação no Primeiro encontro dos coordenadores e instrutores do projeto Balde Cheio. São Carlos e Serra Negra - SP.	Número de vistorias	Prog.													
		Realiz.												1	1

a.2) **Metas Financeiras executadas.**

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***	Executado	Índice de aplicação (%)
339014	10.035,25	9.879,71	98,45
339033	6.300,00	6.029,51	95,70

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

a.3) **Avaliações descritivas dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

Quanto ao sucesso do projeto cabe ressaltar o comprometimento das pessoas envolvidas, tanto técnicos como produtores, onde houve aumento significativo da produtividade, além das questões sociais e ambientais que o projeto contempla. No entanto ainda existem muitos gargalos que, uma vez resolvidos, os resultados seriam mais expressivos ainda.

Quanto aos gargalos destacamos a falta de harmonia entre as esferas municipais, estaduais e federais, principalmente no que se refere à melhoria da infra-estrutura para a produção e comercialização leiteira, melhoria das estradas rurais para escoamento da produção, eletrificação rural (disponibilidade e principalmente qualidade), apoio e incentivo às cooperativas e associações de produtores de leite no que se refere à organização rural, comercialização do leite e assistência técnica.

Outro gargalo que temos é com relação à falta de técnicos para execução dessas atividades, uma vez que são de competência do SEPDAG e este serviço só conta com um fiscal federal agropecuário para todas as ações. Isso acaba comprometendo o desenvolvimento das ações deste projeto. Por conta disso temos articulado com outras instituições que, às vezes, nos disponibilizam técnicos de seu quadro, porém sem perfil para trabalhar nesta área, o que também tem sido um grande problema.

a.4) **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Temos realizado algumas reuniões e palestras visando fazer esta articulação, mas muitas vezes esbarra na falta de interesse por parte de outras instituições.

Neste sentido há necessidade de maior comprometimento dos governos (municipal, estadual e federal) com a pecuária leiteira, elaborando projetos a médio e longo prazo, destinando recursos para apoio e, principalmente, assistência técnica.

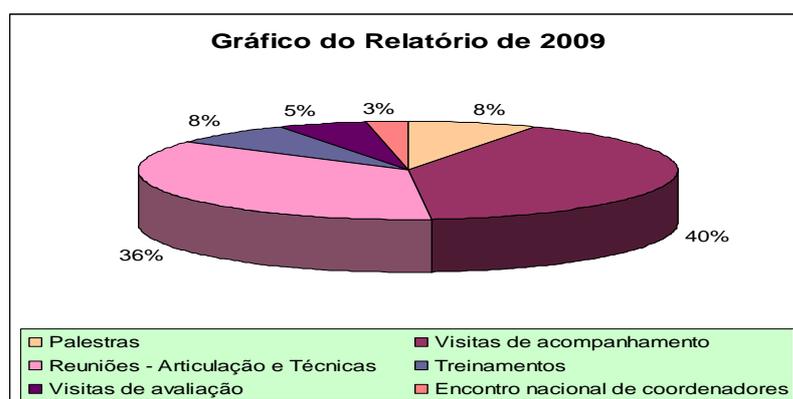
Contratação de técnicos através de concurso público e disponibilização para este serviço, de técnicos com perfil adequado para trabalhar nesta área.

a.5) **Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.**

SEPDAG/ DT/ GAB/SFA-AC e SDC/MAPA.

a.6) **Resumo das atividades realizadas.**

Atividade	Número realizado
Palestras	3
Visitas de acompanhamento	16
Reuniões - Articulação e Técnicas	14
Treinamentos	3
Visitas de avaliação	2
Encontro nacional de coordenadores	1



Observações:

Com o desenvolvimento do projeto, pudemos perceber que os produtores assistidos mudaram sua cultura, sua expectativa em relação à produção leiteira, o que não é fácil, ainda mais se considerarmos as dificuldades enfrentadas, como a falta de assistência técnica, dentre outras.

Percebemos também a relação de confiança que esses produtores depositam na equipe técnica. As visitas estão acontecendo a cada 15 dias, ocasião em que já agendamos a próxima visita para que o produtor saiba a data exata e se programe também.

Um importante objetivo do Projeto é contribuir para a inclusão desses produtores que anteriormente sequer recebiam assistência técnica e se encontravam com sua auto-estima muito abalada. Hoje o grupo de produtores assistidos tem confiança na assistência técnica que recebem e vislumbram um futuro melhor nesta atividade tão questionada em nosso país. Abaixo relação de produtores participantes do Projeto Balde Cheio no Acre, contendo dados referentes a avaliação das propriedades no início do projeto e atualmente.

Município de Brasiléia

Propriedade nº 01

Colônia Alegria

Produtor: Vivaldo Dias de Almeida

Técnico responsável: Eduardo Mitke Brandão Reis.

Início do Projeto	Dados Atuais
<ul style="list-style-type: none"> • Área total: 83 ha; • Área utilizada pela atividade leiteira: 72 ha; • Produção de leite: 2.100 litros/mês; • Produtividade: 355 litros/ha/ano; • Número de vacas em lactação: 21; • Número de vacas secas: 09; • Percentagem de vacas em lactação: 70%; • Total de animais no rebanho: 47; • Percentagem de vacas no rebanho: 64%; • Preço do litro de leite: R\$0,85 – comercializa o queijo a R\$8,50 / kg. 	<ul style="list-style-type: none"> • Área utilizada pela atividade leiteira: 10 ha; • Produção média de leite nos últimos 12 meses: 1.584 litros/mês; • Produção máxima de leite obtida nos últimos 12 meses: 2.651 litros/mês; • Produtividade nos últimos 12 meses: 1.900 litros/ha/ano; • Numero de vacas em lactação (média dos últimos 12 meses): 20; • Numero de vacas secas (média dos últimos 12 meses): 13; • Percentagem de vacas em lactação (média dos últimos 12 meses): 60%; • Total de animais no rebanho (média dos últimos 12 meses): 56; • Percentagem de vacas no rebanho: 61%; • Preço do litro de leite (média dos últimos 12 meses): R\$0,87/litro; • Custo operacional com equivalente-leite e sem a remuneração do proprietário (média dos últimos 12 meses): R\$0,17/litro; • Despesas com custeio (custo operacional efetivo / renda bruta total): 20%.
<p>Observações: produtor está bastante animado, melhorou muito suas anotações, realizou recentemente exames reprodutivos no rebanho, fez calagem e está aguardando cama de frango para adubação das pastagens. Continua comercializando queijo e doce de leite devido à falta de um laticínio idôneo na sua região, porém tem mercado para toda sua produção atual. Não rodou o gado durante o período seco na área dos piquetes, porém já fez uma roçada para eliminar a “macega” e estimular as novas brotações.</p>	

Propriedade nº 02	
<p>Colônia Primavera Produtor: Felipe Freddy Supo / Nilza Elizabeth Pereira Técnico responsável: Eduardo Mitke Brandão Reis</p>	
Início do Projeto	Dados Atuais
<ul style="list-style-type: none"> • Área total: 15 ha; • Área utilizada pela atividade leiteira: 11 ha; • Produção de leite: 1.500 litros/mês; • Produtividade: 1.636 litros/ha/ano; • Número de vacas em lactação: 09; • Número de vacas secas: 02; • Percentagem de vacas em 	<ul style="list-style-type: none"> • Área utilizada pela atividade leiteira: 03 ha; • Produção média de leite nos últimos 12 meses: 1.740 litros/mês; • Produção máxima de leite obtida nos últimos 12 meses: 2.258 litros/mês; • Produtividade nos últimos 12 meses: 6.960 litros/ha/ano; • Número de vacas em lactação (média dos últimos 12 meses): 11; • Número de vacas secas (média dos últimos 12 meses): 03;

<ul style="list-style-type: none"> lactação: 82%; Total de animais no rebanho: 27; Percentagem de vacas no rebanho: 41%; Preço do litro de leite: R\$0,40. 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de vacas em lactação (média dos últimos 12 meses): 77%; Total de animais no rebanho (média dos últimos 12 meses): 45; Percentagem de vacas no rebanho: 24; Preço do litro de leite (média dos últimos 12 meses): R\$0,43; Custo operacional com equivalente-leite e sem a remuneração do proprietário (média dos últimos 12 meses): R\$0,12/litro; Despesas com custeio (custo operacional efetivo / renda bruta total): 29%.
--	--

Observações: produtor está bastante animado, também melhorou muito suas anotações, realizou recentemente exames reprodutivos no rebanho, ainda não retirou a cama de frango de seu aviário, porém fez adubação fosfatada e já vai iniciar a nitrogenada. Recentemente aumentou a área de mombaça, preparando aquela área “virtual” de banana e cana de açúcar e está preparando para a implantação de uma área menor para a tifton. Segundo ele, a cama de frango sai agora quando retirar o próximo lote de frangos. Teve alguns erros básicos no manejo do mombaça, mas já recebeu as devidas orientações para corrigir.

Propriedade nº 03

Colônia São José

Produtor: Anderson Barros Sabatovytch

Técnico responsável: Eduardo Mitke Brandão Reis.

Início do Projeto	Dados Atuais
<ul style="list-style-type: none"> Área utilizada pela atividade leiteira: Produção de leite: Produtividade: Número de vacas em lactação: Número de vacas secas: Percentagem de vacas em lactação: Total de animais no rebanho: Percentagem de vacas no rebanho: Preço do litro de leite: 	<p>Produtor inserido no projeto no início de outubro de 2009, já fez análise de solo, foi necessário apenas superfosfato simples e está adquirindo para fazer a adubação. Ele está trocando braquiária decumbens pelo mombaça e preferiu fazer isso com plantio convencional, nesse momento ainda está com a área descoberta. Produtor já tem uma cultura muito interessante pois anota todos os dados zootécnicos e financeiros da atividade.</p>

MUNICÍPIO DE EPITACIOLÂNDIA

Propriedade nº 01

Colônia Casa Nova

Produtor: Sebastião Brandão da Silva

Técnico responsável: Eduardo Mitke Brandão Reis

Início do Projeto	Dados Atuais
<ul style="list-style-type: none"> Área total: 86 ha Área utilizada pela atividade leiteira: 	<ul style="list-style-type: none"> Área utilizada pela atividade leiteira: 10 ha; Produção média de leite nos últimos 12 meses:

<p>50 ha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de leite: 3.000 litros/mês • Produtividade: 730 litros/há/no; • Número de vacas em lactação: 30; • Número de vacas secas: 10; • Percentagem de vacas em lactação: 75% • Total de animais no rebanho: 94; • Percentagem de vacas no rebanho: 43% • Preço do litro de leite: R\$0,75 – venda direta para sorveteria. 	<p>1.710 litros/mês;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção máxima de leite obtida nos últimos 12 meses: 2.060 litros/mês; • Produtividade nos últimos 12 meses: 2.052 litros/ha/ano; • Numero de vacas em lactação (média dos últimos 12 meses): 22; • Numero de vacas secas (média dos últimos 12 meses): 23; • Percentagem de vacas em lactação (média dos últimos 12 meses): 49%; • Total de animais no rebanho (média dos últimos 12 meses): 113; • Percentagem de vacas no rebanho: 40%; • Preço do litro de leite (média dos últimos 12 meses): R\$0,64; • Custo operacional com equivalente-leite e sem a remuneração do proprietário (média dos últimos 12 meses): R\$0,17; • Despesas com custeio (custo operacional efetivo / renda bruta total): 13%
<p>Observações: produtor tem uma característica de ser mais “fechado” e não demonstra muito seus “sentimentos”, mas a julgar pelo que já fez mesmo sem energia elétrica, está animado. Suas anotações que, ultimamente, deixam a desejar e isso me preocupa, pois compromete os resultados. Na minha opinião, acho que é uma questão mais cultural mesmo que deve levar mais um tempinho. A questão é, até quando?</p> <p>Creemos que, com a chegada da energia elétrica, que aconteceu no início de novembro, os ânimos se renovam e as coisas melhorem, isso é o que esperamos.</p>	

<p>Propriedade nº 02</p> <p>Colônia São Bento Produtor: Rogério Oliveira dos Santos Técnico responsável: Eduardo Mitke Brandão Reis</p>	
<p style="text-align: center;">Início do Projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área total: 126 ha; • Área utilizada pela atividade leiteira: 60 ha; • Produção de leite: 1.500 litros/mês; • Produtividade: 300 litros/ha/ano; • Número de vacas em lactação: 11; • Número de vacas secas: 29; • Percentagem de vacas em lactação: 28% • Total de animais no rebanho: 84; • Percentagem de vacas no rebanho: 48% <p>Preço do litro de leite: R\$0,75</p>	<p style="text-align: center;">Dados Atuais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área utilizada pela atividade leiteira: 5,0 ha; • Produção média de leite nos últimos 12 meses: 1.380 litros/mês; • Produção máxima de leite obtida nos últimos 12 meses: 1.878 litros/mês; • Produtividade nos últimos 12 meses: 3.312 litros/ha/ano; • Número de vacas em lactação (média dos últimos 12 meses): 12; • Número de vacas secas (média dos últimos 12 meses): 22; • Percentagem de vacas em lactação (média dos últimos 12 meses): 36% • Total de animais no rebanho (média dos

	<p>últimos 12 meses): 82;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de vacas no rebanho: 41%; • Preço do litro de leite (média dos últimos 12 meses): R\$0,86; • Custo operacional com equivalente-leite e sem a remuneração do proprietário (média dos últimos 12 meses): R\$0,47/litro; <p>Despesas com custeio (custo operacional efetivo / renda bruta total): 55%.</p>
--	---

a.7) **Plano Interno REGENAGRO**

Ainda com relação ao Projeto de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira - Balde Cheio, a Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia no Agronegócio - CAPTA, realizou a descentralização de crédito no valor de R\$ 243,12 na natureza de despesa 339036-02, para viabilizar a realização de atividades referentes ao Projeto nos meses de julho e agosto de 2009. Tais atividades estão relatadas juntamente com aquelas realizadas através do PI INOVAGRO.

a.8) **Considerações finais.**

O Relatório Gestor é uma ferramenta fundamental para avaliação e direcionamento das ações do Ministério da Agricultura descentralizadas nas Superintendências. A Ação 8606, Desenvolvimento da Agricultura Orgânica, DESENGORG, foi recentemente descentralizada à DT/SFA-AC e ao SEPDAG/DT/SFA-AC pela Coordenação de Agroecologia, objetivando a regionalização da gestão desta ação. O Desenvolvimento da Agricultura Orgânica, diferente das outras ações já descentralizadas, ainda não possuía os seus indicadores para avaliação da Gestão pré-definidos, portanto a equipe do SEPDAG adotou o número de beneficiários como uma base para avaliação da ação no decorrer dos últimos três anos.

Como forma de subsidiar a avaliação das Ações, tanto para o DESENGORG como para as demais Ações cujas coordenações estaduais ainda não foram instituídas, seguem neste relatório informações adicionais que poderão também orientar a definição desses indicadores.

IX - Programa Apoio Administrativo

Código 0750	Apoio Administrativo
Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	Programa de Apoio Administrativo
Gerente do Programa:	Rinaldo Junqueira
Gerente Executivo	
Órgão responsável pela execução do programa no âmbito da UJ.	Superintendência Federal de Agricultura no Acre/SFA-AC.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	Jorge Luiz Hessel
Produto	Superintendência mantida

Unidade de Medida:	unidade
Público alvo	Governo Federal

EQUIPE DE EXECUÇÃO					
Integrante da Equipe	Formação Escolar	Lotação	Tempo de	Tempo total	Tempo ação
			Serviço		
Jorge Luiz Hessel	superior	Superintendente	29	100	100%
José Denis Moura dos Santos	superior	SAD	29	100	
Maria do Rosário B. C. e Silva	superior	Assistente	28	100	
Josué Freire do Nascimento	superior	SRH	27	100	
Nássaro Pereira Ferreira	superior	SRH	28	100	
Maria Eliza Gadelha	superior	STA	31	100	
Etimildo Lopes de Oliveira	superior	SEOF	25	100	
Maria José Barros	superior	GAB(cedido)	22	100	
Maria Aldenora Nogueira Vidal	médio	SPA	28	100	
Vera Lúcia Andrade	médio	SAG	26	100	100%
Senilda Pereira Lima da Silva	médio	SAG	27	100	100%
Amarízio Monteiro de Souza	médio	SAG(cedido)	25	100	100%
José do Monte Nascimento	médio	SAG	25	100	100%
Leuda Maria Thaumaturgo	médio	Protocolo	28	100	100%
Edmilson Teixeira de Farias	médio	Protocolo(cedido)	22	100	100%
Waldecil Elias de Moura	médio	Arquivo	27	100	
Antônia Erenice Pinheiro	médio	Transporte	25	100	100%
Manoel Pereira do Nascimento	fundamental	Transporte	27	100	
Carlos Torres de Oliveira	fundamental	Transporte	27	100	
Manoel Emidio Pinto	fundamental	Transporte(cedid	30	100	

a) Dados gerais do Plano Interno / Ação 4716:

Ação/PI: MANUTSFAS Código – 4716	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição.	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos. Pagamento das despesas administrativas das Superintendências Federais de Agricultura no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	81025 - Coordenação-geral de Apoio às Superintendências – CGAS.

Áreas (dentro da UJ) resp. por gerenciamento ou execução da ação.	Gabinete/SFA-AC.
Coordenador de Ação Estadual.	Jorge Luiz Hessel

a.1) **Metas físicas programadas e/ou executadas.**

PRODUTO DA AÇÃO 4116	Um.		Seção	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Treinamento área material	Serv.	Prog. Real.	SAG											1		1
Treinamento área de Gestão financeira	Serv.	Prog. Reaz.	SEOF						3					1		3
Treinamento na área Gestão Administrativo	Serv.	Prog. Real.	DAD													0
Treinamento em SPA	Serv.	Prog. Real.	GAB									1				1
Treinamento área de RH	Trei.	Prog. Real.	SRH													0
Treinamento área Licitações e afins	Serv.	Prog. Real.	SAG											2	2	4
Treinamento na área Convênios e Contratos	Serv.	Prog. Real.	DAD						2		1					3
Treinamento na área de Protocolo	Serv.	Prog. Real.	SAG						1	1	2					4
Manutenção Física Unid. Descentralizadas	nº	Prog. Real.	SAG								2					2
Manut. Frota Veículos	nº	Prog. Real.	SAG	1		1		1	5	1	6	4				19
Reunião com a equipe interna	nº	Prog. Real.	DAD	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
Processos de alienação de bens concluídos	nº	Real.	SAG													0
Quantidades de materiais	nº	Solic. atend.	SAG		16	11	6	22	29	28	20	25	18	11	16	202
Reunião Regional	nº	real.	GAB				1									1
Reunião Nacional	nº	real.	GAB												1	1
Recadastramento de inativos	Serv.	Real. Prog.	SRH	2	3	2	1	1	1	2		1	3			16
Recadastramento de Pensionistas	nº	Real. Prog.	SRH	2	3	2	1	1	1	2		1	3			16
Recadastramento de Pensionistas	nº	Real. Prog.	SRH	1	2	1	1	1	1	2			3	1	1	14
Recadastramento de Pensionistas	nº	Real. Prog.	SRH	1	2	1	1	1	1	2			3	1	1	14
Processos licitatórios compreendendo dispensa, inexigibilidade e pregão.	nº	Real.	SAG	2	2	3	3	2	3	5	2	7	3	3	7	42
Diárias processadas em toda a SFA	nº	Real.	SEOF	9	15	52	60	28	58	46	58	26	40	65	54	511
Passagens processadas em toda a SFA	nº	Real.	SEOF	1	5	24	14	26	16	17	21	7	13	22	28	194
Pagamentos Efetivados	nº	Real.	SEOF	17	38	83	78	56	104	66	77	77	56	94	151	897
Emissão de Notas de Empenho	nº	Real.	SEOF	27	12	22	14	21	16	31	19	41	17	8	72	300
Concessão Licença-Maternidade-Paternidade.	nº	Real.	SRH													0
Conc. de Auxílio-Funeral	nº	Real.	SRH													0
Concessão de Pensão	nº	Real.	SRH													0
Concessão Aposentadorias	nº	Real.	SRH					1	2							3
Concessão de licença médica	dias	Real.	SRH	90	13	30	5	30	6	60	20	110	5	-	-	369

(totais)																
Concessão de licença médica por servidor	nº	Real.	SRH	1	2	2	1	2	2	3	1	3	1			18
Número de servidores afastados por licença médica(totais)	serv	Real.	SRH	1	2	2	1	2	2	3	1	3	1	-	-	18
Concessão de licença médica Aisipoa-Ag.Ativ.Agrop.	nº	Real.	SRH		2			1			1	1				5
Concessão de licença médica Aisipoa-Ag.Ativ.Agrop.	dias	Real.	SRH		13			5			20	5				43
Concessão de licença médica - FFA	dias	Real.	SRH	90		23		15	6	60			5			199
Concessão de licença médica - FFA	nº	Real.	SRH	1		1		1	2	2			1			8
Concessão de licença médica - Apoio Administrativo	dias	Real.	SRH			1		15		10		105				131
Concessão de licença médica - Apoio Administrativo	nº	Real.	SRH			7		1		1		2				11
Concessão de licença médica - Outras Categorias	nº	Real.	SRH													0
Realização de perícia médica	nº	Real.	SRH	1	1											2
Concessão de Licença Assiduidade	nº	Real.	SRH							1	1	1				3
Concessão de abono permanência	nº	Real.	SRH													0
Conc. de adicional de Insalubridade - Periculosidade	nº	Real.	SRH													0
Elab. de contratos Prest. de Serviços	nº	Real.	DAD		2				2							4
Autuação de Processos Administ.	nº	Real.	SAG	62	59	127	118	122	135	145	119	111	117	168	129	1412
Atendimento de demandas jurídicas administrativas	nº	Real.	DAD													
					deverá ser programada				deverá ser preenchida mês a mês , com as informações correspondentes							

Comparativo			
Descrição	Unidade de medida	Realizado 2009	2008
Treinamento área material	Servidor	0	3
Treinamento área de Gestão financeira	Servidor	6	6
Treina. Na área Gestão Administrativa	Servidor	0	3
Treinamento em Planejamento	Servidor	0	1
Treinamento área de RH	Servidor	3	5
Treinamento área Licitações e afins	Servidor	4	1
Treina.área licita.,convênios e contratos	Servidor	4	5
Treinamento área de Protocolo	Servidor	0	2
Treinamento de PROVE-RH	Servidor	6	1
Elab. De contratos Prest. De Serviços	nº	4	9
Vistoria dos veículos	nº	22	14
Licenciamento de veículos	nº	14	14
Manutenção da frota veículos	nº	19	21
Contratação Postos Abastecimento	nº	1	1
Autuação de Processos Administrativos	nº	1412	1527
Inventário dos bens móveis	nº	0	1

Inventário dos bens Imóveis	nº	0	1
Processos licitatórios	nº	42	43
Concessão de diárias totais.	nº	511	462
Autorização emissão de passagens	nº	194	260
Pagamentos Efetivados	nº	897	998
Requisição de material	nº	202	276
Pedidos de serviços e materiais	nº	32	43
Convênios publicados	nº	0	0
Emissão de Notas de Empenho	nº	300	635
Processos de alienação de bens	nº	0	0
Concessão Licença-Maternidade	nº	0	0
Concessão de Auxílio-Funeral	nº	0	0
Concessão de Pensão	nº	0	0
Concessão Aposentadorias	nº	3	0
Concessão de licença médica	dias	369	288
Concessão de licença médica	nº	18	68
Realização de perícia médica	nº	0	68
Concessão de Licença Assiduidade	nº	3	5
Concessão de abono permanência	nº	0	1
Concessão de adicional de Insalubridade	nº	0	6
Recadastramento de aposentados	nº	16	11
Recadastramento de pensionistas	nº	14	16
Reunião com a equipe interna	nº	6	12

a.2) **Indicadores de Desempenho Operacionais PI MANUTSFAs**

Ação - 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – SFA-AC.						Comparativo	
SIGLA	Indicador	FÓRMULA	INDICADOR	Valor 2009 %	Meta 2010	Setor	Valor 2008 %
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº processos licitatórios concluídos/nº de proc. iniciados) x 100.	Conformidade dos Processos licitatórios	100%	100%	SAG	97,67
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagamento / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	100%	100%	SEOF	99,70
Iaalm (%)	Eficácia	(Nº de pedidos atendidos/número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do Almojarifado	100	Atender todos os pedidos apresentado	ALM.	100
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servid. envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria.	100	dentro de no máximo 30 dias.	SRH	0
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	21	Participação de todos os servidores envolvidos	SAG	1,75

Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias.	255,5	Pagas no prazo.	SEOF	18,97
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos.	Produtividade na emissão de empenho.	150	Emitir todos os empenhos	SEOF	15,09

Responsável pela fórmula de cálculo:Coordenadoria Geral de Apoio as Superintendências-CGAS/SE/BSB.

Cálculo: Seção de Administração.

a.3) Execução das principais metas Financeiras.

Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado	Índice de execução (%)
339014.14 (diárias nacional)	39.996,00	15.006,23	15.006,23	100
339033.01 (passagens)	30.000,00	26.749,01	26.749,01	100
339039.58 (telefonias)	30.000,00	47.816,56	47.816,56	100
339039.43 (energia elétrica)	109.999,92	112.555,78	112.555,78	100
339039.19 (custo operac.frota)	9.000,00	10.600,50	10.600,50	100
339039.47 (correios)	15.996,00	21.498,37	21.498,37	100
339139.01 (imprensa nacional)	3.000,00	3.583,66	3.583,66	100
339030.00 (material expediente)	6.504,00	7.866,49	7.866,49	100
339030.01 (combustível)	10.000,00	14.023,00	14.023,00	100

a.4). Desempenho Operacional (alínea "d" do item 2 do anexo II da DN TCU 100/2009)

a.5). Despesas por modalidade de contratação:

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida		Despesa Paga	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	65.299,09	-	65.299,09	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	94.693,44	676.085,25	94.693,44	676.085,25
Contratações diretas				
Dispensa	115.435,94	143.277,02	115.435,94	143.277,02
Inexigibilidade	129.549,79	147.759,29	129.549,79	147.759,29
Regime de execução especial				
Suprimento de Fundos	27.985,22	10.161,00	27.985,22	10.161,00

Pagamento de pessoal				
Pagamento em folha - 11	3.673.457,40	4.556.070,50	3.673.457,40	4.556.070,50
Diárias - 14	154.232,49	174.199,09	154.232,49	174.199,09

a.6). **Evolução de gastos gerais*.**

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. Passagens	34.791,10	416.876,81	210.706,16
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	21.429,71	154.232,49	174.199,09
3. Serviços terceirizados (apoio administrativo)	0	34.958,50	31.462,65
3.1. Publicidade	0	0	0
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação.	333.351,98	399.865,74	376.437,96
3.4. Outras Terceirizações	0	0	0
3.5. Suprimento de Fundos	0	0	0
4. Cartão de Pagamento do Governo Federal	45.969,08	27.985,22	10.161,00

Responsável pelas informações: Seção de Orçamento e Finanças.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos – situação em 31/12/2009.

a) Composição do Quadro de Recursos Humanos - situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	47	47	87
Próprios	47	47	87
Requisitados	0	0	0
Celetistas			
Cargos de livre provimento	0	0	0
Estatutários	0	0	0
Não Estatutários	0	0	0
Terceirizados	01	01	0
Total	48	48	87

Responsável pelas informações: Seção de Recursos Humanos.

b) **Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.**

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	48	253.020,23	-	-	-	-		
2008	51	3.673.457,40	-	-	-	87.157,29		
2009	47	4.556.070,50	-	-	-	79.085,03		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	18	-	-	-	-	-		
2008	18	-	-	-	-	-		
2009	17	-	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd	Custo	Qtd.	Custo
2007	25	333.351,98	-	-	-	-	04	10.440,00
2008	25	399.865,74	01	34.958,50	-	-	05	15.681,20
2009	24	376.437,96	01	31.462,65			05	48.546,45

Responsável pelas informações: Seção de Recursos Humanos

c) **Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009.**

Nat	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade			Sit.	
					Quantidade				
			Início	Fim	Médio		Superior	EF	
					AT	EF	AT	EF	
Observação: Não ocorreu na Unidade Jurisdicionada.									

d) **Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.**

Indicadores gerenciais das Unidade Jurisdicionada – SFA-AC.						Comparativo	
SIGLA	Indicador	FÓRMULA	INDICADOR	Valor 2009 %	Meta 2010	Setor	Valor 2008 %
Ialimed (%)	Eficácia	(Afastamento em dias dos servidores / N° de servidores totais * período considerado em dias) x 100.	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores.	2,15%	0	SRH	1,57
Ialimedn (%)	Eficácia	(N° de servidores afastados / N° total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica.	6,3%	0	SRH	1,37
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(N° de aposent. concedidas / N° de aposent. solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	100%	100%	SRH	0
Isartsa (%)	Eficácia	(N° de servidores Administrativos / N° total de servidores ativos) x100	Índice de servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos.	21/47*100= 44,8%	0	SRH	43,47
Iaffa (%)	Eficácia	(N° de FFA afastados / N° total de FFA ativos) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	8/17*100= 47,5%	0	SRH	47,05
Iagtec (%)	Eficácia	(N° de Aisipoa-Ag. Ativ. Agrop. afastados/ N° De Aisipoa-Ag. Ativ. Total) X 100	Índice de Servidores AISIPOA-AAA afastamento por licença médica	5/9*100= 55,5%	0	SRH	66,66
Iaadm (%)	Eficácia	(N° de Administrativos afastados/ N° total de administrativos ativos) x100	Índice de servidores Administrativo com afastamento licença médica	11/21*100= 52,38%	0	SRH	55

Responsável pela fórmula de cálculo:Coordenadoria Geral de Apoio as Superintendências-CGAS/SE/BSB.

Cálculo: Seção de Administração SFA-AC.

e) **Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.**

A situação da Força de Trabalho desta Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre é deficitária. Conseqüentemente, difícil de cumprir o papel institucional da Unidade em relação à Organização a contento.

Estratificando, na área técnica do MAPA (área-fim, nível superior), o Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos últimos dez anos aproximadamente, constituiu carreira e vem autorizando, promovendo concursos e admitindo servidores qualificados e com boa remuneração, o que o é elogiável.

Embora tenha ocorrido um grande avanço e o MAPA tenha se beneficiado, na SFA-AC existe uma grande necessidade de servidores efetivos nas áreas técnicas, Fiscais Federais Agropecuários (nível superior) e principalmente, Agentes de Inspeção (nível médio). Para suprir esta carência, a SFA-AC mantém um Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado do Acre, em que o mesmo disponibiliza grande parte dos servidores que atuam na inspeção de produtos de origem animal, sem falar nos empregados das empresas

fiscalizadas, à disposição do Serviço de Inspeção Federal. No concurso realizado para provimento de vagas para esta área, a SFA-AC não foi contemplada com nenhuma vaga.

A situação da área administrativa é parecida à narrada no parágrafo anterior, pois não era realizado concurso para a área-meio do MAPA a mais de vinte anos. No concurso realizado em 2010, as vagas destinadas, o foram para substituir funcionários terceirizados, situação que não ocorre nesta Superintendência, motivo pelo qual não foram disponibilizadas vagas.

Na SFA-AC, verifica-se uma necessidade extraordinária de servidores administrativos, área meio, como também se verifica grande insatisfação e desmotivação, haja vista que as carreiras ditas de “apoio” não tem recebido tratamento igualitário em relação a reajustes, organização e valorização de carreiras. Além disto, registre-se que a média de idade dos servidores administrativos do MAPA é alta e, grande parte dos mesmos, se aposentará em poucos anos.

Além disto, nota-se no Poder Executivo uma diferenciação de tratamento aos seus servidores, se comparado aos demais, dentre os quais podemos citar: vale-alimentação, diárias e gratificações de função com valores muito abaixo das oferecidas aos servidores dos demais poderes. Roga-se que esta situação seja tratada de forma ao seu equacionamento, com isonomia entre os poderes.

Conseqüência da falta de concursos para a área-meio, a SFA-AC conta hoje com praticamente 01 (um) servidor lotado para cada setor, realidade que não é comum apenas a esta Superintendência, mas à maioria das demais e a todo o Poder Executivo, dificultando o cumprimento de metas e para o cumprimento de nossa missão institucional. Existe uma grande necessidade de ampliação da força de trabalho nesta área.

Urge a realização de concurso público de nível superior e médio para as áreas de Administração, Recursos Humanos, Financeira e Logística, com uma remuneração digna, condizente e isonômica com as carreiras de fiscalização do MAPA.

4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos - Exercício 2009. (item 4 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

- Não ocorreu na UJ.

5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício de 2009.

(item 5 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	77.694,12	0,0	-	-
2007	00,00	0,0	-	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	685.713,08	0,0	-	-
2007	266.230,82	0,0	-	-
...				
Observações:				

Responsável pelas informações: Seção de Orçamento e Finanças – SEOF/SFA-AC.

a) **Análise crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores.**

O melhor gerenciamento para a operacionalização do Montante de RP vem sendo adotado, entretanto, e principalmente no que se refere a despesas de investimentos os créditos são liberados no final do exercício, isso tem ocasionado de um empenho ser efetuado e não poder liquidar e pagar dentro do exercício.

A gestão financeira operacionaliza da seguinte forma: as despesas liquidadas na semana são pagas na semana seguinte independentemente de serem do exercício ou RP.

Houveram dois casos de permanências de despesas de RP por mais de um exercício ocasionados por falta de entendimentos operacionais, porém foram sanados com o apoio d Setorial Contábil.

Para esta UG que gere poucos recursos, os aspectos positivos são enfatizados porque os créditos descentralizados em tempo hábil são liquidados e os pagamentos são efetuados dentro do exercício.

Há um empenho no valor de CR\$.6.672,00 (seis mil e seiscentos e setenta e dois reais) que tentamos anular e ainda não conseguimos, já solicitamos ajuda a Setorial Contábil.

6. Informações sobre transferências - Quadro de Detalhamento de Transferências.

T i p o	Conveniente	Valor Pactuado	Contraparti da Pactuada	Repasse Total até Exercício	Valor de Repasse no exercício (R\$.)	Vigência		Situação
						Início	Fim	
1	04.012.548/0001-02	315.789,48	15.789,48		300.000,00	31/12/2008	10/09/2010	
1	04.508.933/0001-45	206.185,57	6.185,57		200.000,00	31/12/2008	10/09/2010	
1	63.606.479/0001-24	337.897,50	37.897,50		300.000,00	20/12/2008	14/09/2010	
2	84.306.737/0001-27	552.836,00	16.586,00	-	536.250,00	04/11/2008	28/02/2010	Adim plente
2	84.306.737/0001-27	201.031,00	6.031,00	-	195.000,00	04/11/2008	28/02/2010	Adim plente
2	84.306.604/0001-50	251.290,00	7.540,00	-	243.750,00	19/11/2008	30/03/2010	Adim plente
2	84.306.604/0001-50	204.300,00	9.300,00		195.000,00	19/11/2008	30/03/2010	
2	84.306.604/0001-50	150.774,00	4.524,00		146.250,00	19/11/2008	30/03/2010	Adim plente
2	04.012.548/0001-02	416.000,00	26.000,00		390.000,00	17/12/2009	30/12/2010	
2	04.005.179/0001-20	307.895,00	15.395,00		292.500,00	04/11/2008	30/11/2009	
2	63.606.479/0001-24 05.613.654/0001-04	216.667,00	21.66,00		195.000,00	14/11/2008	30/03/2010	
2	63.606.479/0001-24	270.834,00	27.084,00		243.750,00	21/10/2007	30/03/2010	
2	03.149.084/0001-18	379.167,00	37.917		341.250,00	21/12/2007	30/04/2010	
2	63.606.479/0001-24	704.167,00	70.417		633.750,00	01/12/2008	30/04/2010	
2	63.606.479/0001-24	1.115.833,00	111.583,00		1.004.250,00	14/11/2008	30/04/2010	
2	63.606.479/0001-24	867.000,00	87.000,00		780.000,00	14/11/2008	30/04/2010	
2	84.306.661/0001-30	150.774,00	4.524,00		146.250,00	31/12/2008	30/06/2010	

2	84.306.463/0001-76	704.000,00	21.500,00		682.500,00	31/12/2009	30/12/2011	
2	04.076.733/0001-60	301.547,00	9.047,00		292.500,00	04/11/2008	28/02/2010	
2	04.076.733/0001-60	825.000,00	45.000,00		780.000,00	04/11/2008	28/02/2010	
2	04.076.733/0001-60	202.000,00	7.000,00		195.000,00	31/12/2009	31/12/2010	
2	84.306.661/0001-30	200.850,00	5.850,00		195.000,00	27/12/2007	30/01/2010	
2	84.306.661/0001-30	226.000,00	31.000,00		195.000,00	05/11/2008	28/02/2010	
2	84.306.661/0001-30	210.000,00	15.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/12/2011	
2	63.603.625/0001-68	100.525,00	3.025,00		97.500,00	19/02/2009	30/10/2010	
2	04.034.583/0001-22	5.118.750,00	243.75,00		4.875.000,00	21/12/2006	31/12/2009	
2	04.034.583/0001-22	2.047.500,00	97.50,00		1.950.000,00	21/12/2006	31/12/2009	
2	04.034.583/0001-22	410.527,00	20.527,00		390.000,00	30/06/2008	31/05/2010	
2	04.034.583/0001-22	513.158,00	25.658,00		487.500,00	30/06/2008	31/05/2010	
2	84.306-455/0001-20	107.127,00	9.627,00		97.500,00	31/12/2008	28/02/2010	
2	04.513.362/0001-37	359.210,60	17.960,60		341.250,00	04/12/2008	30/11/2009	
2	04.077.251/0001-25	513.463,30	25.963,30		487.500,00	30/12/2009	30/12/2011	

- Unidade Gestora é 135098: Contratos de Repasse
- Unidade Gestora é 420013: Convênios

a) **Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências.**

A atualização das informações do Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA), no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de parceria – SICONV, é feita pelo Gestor desse programa que é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, em Brasília, enquanto que a atualização das informações sobre os contratos de repasse celebrados é realizada pela Caixa Econômica Federal, por força de Contrato de Prestação de Serviços que tem por objetivo a operacionalização e acompanhamento de projetos agropecuários, com recursos consignados no Orçamento Geral da União.

Com relação ao perfil de acesso ao SICONV concedido aos servidores do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAAC, este é limitado à consulta e emissão de parecer nas propostas de contratos de repasse.

7. **Previdência Complementar Patrocinada.**

(item 7 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

- Não se aplica.

8. **Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.**

- Não ocorreu na UJ.

9. **Renúncias tributárias.**

(item 9 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

- Não se aplica.

10. Operações de fundos.

(item 10 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

- Não se aplica.

11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.

- Não ocorreu na UJ.

11B. Determinações e recomendações do TCU.

- Não ocorreu na UJ.

12. Atos de admissão , desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

(Anexo II da DN TCU 100/2009)

Atos	Quantidade	Registro No Sisac
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	3	3
Pensão	-	-

- Os dados acima mencionados foram encaminhados ao Controle Interno, físico e via Sistema de Aplicação de Registros dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC.

13. Registros atualizados nos Sistemas SEASG e SICONV.

Declaração Plena			
Denominação Completa da (UJ):		Superintendência Federal de Agricultura no Acre	Código da UJ: 130088
Declaro que as informações referentes a Contratos, Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria firmados, estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais-SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artº 19 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Rio Branco-AC	Setor	31/12/2009
SIASG/Contratos	Senilda Pereira Lima da Silva José Denis Moura dos Santos	SAG/SFA-AC. SAD/SFA-AC.	
SICONV/ Convênios	Gregory Santiago de Souza Etimildo Lopes de Oliveira	SEPDAG/SFA-AC. SEOF/SFA-AC.	

14. Outras informações: Informações contábeis –

(item 14 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

- Não ocorreu na UJ.

15. Informações contábeis da Gestão.

Declaração do Contador			
Declaração Plena			
Denominação Completa da (UJ):		Superintendência Federal de Agricultura no Acre	Código da UJ: 130088
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	31/12/2009
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº	

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

- Estão posicionados no corpo do relatório.

Jorge Luiz Hessel
Superintendente de Agricultura no Acre